



Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas

Preparadas de acordo com Práticas Contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil

Banco Pine S.A.

30 de setembro de 2020



Relatório do Auditor Independente.....	3
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras Intermediárias.....	5
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes.....	6
Relatório da Administração.....	7
Balanço Patrimonial.....	12
Demonstração do Resultado.....	13
Demonstração do Resultado Abrangente.....	14
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	15
Demonstração dos Fluxos de Caixa (Método Indireto).....	16
Demonstração do Valor Adicionado.....	17

Notas Explicativas

1. Contexto Operacional.....	18
2. Apresentação das Demonstrações Financeiras Intermediárias.....	18
3. Principais Práticas Contábeis.....	18
4. Caixa e Equivalentes de Caixa.....	22
5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	22
6. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos.....	23
7. Carteira de Crédito, Garantias Prestadas e Títulos com Risco de Crédito.....	27
8. Outros Ativos Financeiros.....	28
9. Créditos Tributários e Obrigações Fiscais Diferidas.....	29
10. Investimentos.....	30
11. Outros Ativos.....	30
12. Imobilizado de Uso.....	31
13. Depósitos e demais Instrumentos Financeiros.....	31
14. Dívida Subordinada.....	32
15. Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias.....	32
16. Outros Passivos.....	32
17. Patrimônio Líquido.....	33
18. Demonstração de Resultado.....	33
19. Imposto de Renda e Contribuição Social.....	34
20. Transações entre Partes Relacionadas.....	35
21. Compromissos, Garantias e Outras Informações.....	36
22. Programa de Participação nos Lucros e Resultados.....	36
23. Gestão de Riscos e de Capital.....	36
24. Operações Ativas Vinculadas.....	39
25. Outras Informações.....	40
26. Outros Assuntos.....	40

Banco Pine S.A.

**Demonstrações financeiras intermediárias
individuais e consolidadas em
30 de setembro de 2020
e relatório de revisão**



Relatório de revisão sobre as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco Pine S.A.

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial do Banco Pine S.A. ("Banco"), em 30 de setembro de 2020, e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e de nove meses findos nessa data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, bem como o balanço patrimonial consolidado do Banco Pine S.A. e suas controladas ("Consolidado") em 30 de setembro de 2020, e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e de nove meses findos nessa data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Pine S.A. e do Banco Pine S.A. e suas controladas em 30 de setembro de 2020, o desempenho de suas operações para os períodos de três e de nove meses findos nessa data e os seus fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, bem como o desempenho consolidado de suas operações para os períodos de três e de nove meses findos nessa data e os seus fluxos de caixa consolidados para o período de nove meses findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.



Banco Pine S.A.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações financeiras intermediárias acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentadas como informação suplementar para fins do Banco Central do Brasil. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações financeiras intermediárias, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as demonstrações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 10 de novembro de 2020

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Luís Carlos Matias Ramos
Contador CRC 1SP171564/O-1

Após análise das Demonstrações Financeiras Intermediárias da Companhia, relativas ao período findo em 30 de setembro de 2020, acompanhadas do Relatório da Administração, do balanço patrimonial, demais peças das Demonstrações Financeiras Intermediárias, Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Comitê de Auditoria ("Demonstrações Financeiras Intermediárias"), os membros da Diretoria Executiva, para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, §1º, inciso VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que discutiram, reviram e concordam com as Demonstrações Financeiras Intermediárias.

São Paulo, 05 de novembro de 2020.

Membros da Diretoria Executiva

Mauro Sanchez
Eduardo Magalhães Fonseca
Jefferson Dias Miceli
Carlos Eduardo Tyba
Eugenio Fabbri Neto
Fabio Pinto Ribeiro Zingra de Araújo
Jailton Marcio Donasan
José Aparecido Da Silva
Marcelo Camargo
Sergio Luis Patricio
Renata Leme Borges dos Santos
Rodrigo Esteves Pinheiro

Após análise das Demonstrações Financeiras Intermediárias da Companhia, relativas ao período findo em 30 de setembro de 2020, acompanhadas do Relatório da Administração, do balanço patrimonial, demais peças das demonstrações financeiras, Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Comitê de Auditoria ("Demonstrações Financeiras Intermediárias"), os membros da Diretoria Executiva, para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que discutiram, reviram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes.

São Paulo, 05 de novembro de 2020.

Membros da Diretoria Executiva

Mauro Sanchez
Eduardo Magalhães Fonseca
Jefferson Dias Miceli
Carlos Eduardo Tyba
Eugenio Fabbri Neto
Fabio Pinto Ribeiro Zingra de Araújo
Jailton Marcio Donasan
José Aparecido Da Silva
Marcelo Camargo
Sergio Luis Patricio
Renata Leme Borges dos Santos
Rodrigo Esteves Pinheiro

Prezados acionistas, submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Pine S.A. relativas ao período encerrado em 30 de setembro de 2020, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

1. CENÁRIO MACROECONÔMICO

O terceiro trimestre de 2020 esboçou uma recuperação razoável no exterior e no Brasil. A média trimestral das vendas domésticas mensais do varejo, da produção industrial e de serviços cresceram cerca de 4,4%, 4,5% e 2,0%, respectivamente, ante -0,4%, -1,4% e -2,5% na primeira metade de 2020. Particularmente, a queda mais abrupta do setor de serviços no primeiro semestre e a sua recuperação mais lenta no terceiro trimestre é explicada pelo fechamento de empresas de pequeno a médio porte, e pela menor capacidade de oferta do setor, o qual é altamente absorvedor de mão de obra. Logo, mesmo diante da recuperação setorial, o desemprego ajustado sazonalmente continuou subindo após o primeiro semestre, atingindo, aproximadamente, 15,5% no final do terceiro trimestre de 2020. Portanto, desde agosto, a recuperação mensal da indústria, comércio e serviços vem se caracterizando pela ocupação parcial da capacidade produtiva e pelo forte recrudescimento da inflação, mesmo com uma retomada ainda bastante gradual da demanda.

A introdução acima situa alguns dos problemas que a economia brasileira tende a enfrentar durante os próximos trimestres, além da possibilidade de reincidência da pandemia, a exemplo do que ocorre atualmente na Europa e nos EUA. A elevação do desemprego e a alta inflação pelo menos até o primeiro trimestre de 2021 limitam o crescimento real do crédito pessoal e corporativo, contribuindo para que o PIB de 2020 fique perto de -5,0%. A fim de evitar efeitos mais profundos da contração econômica em 2020 e empurrar a economia para taxas de expansão acima de 3,0% no ano que vem, o governo brasileiro vem engajando em impulsos fiscais que podem levar o déficit primário do setor público para 12,0% do PIB no ano ante 0,85% em 2019, o que dificulta a redução esperada do déficit para 3,0% do PIB no final de 2021.

O impulso fiscal e os elevados déficits primários do governo tendem a levar a dívida bruta do setor público para 100% em 2020 e a mantê-la perto de 95% em 2021. Estas perspectivas contribuem para que os juros futuros longos – ou seja, os vencidos acima de janeiro 2025 – permaneçam elevados, prejudicando a perenidade do crédito privado de longo prazo, a rolagem da dívida pública para prazos superiores a três anos, e a intenção do Banco Central em manter a taxa Selic em 2,0% pelo menos até o final do primeiro semestre do ano que vem.

De fato, as restrições de oferta na economia em relação à recuperação da demanda e a forte elevação do déficit primário do setor público puxaram as medianas das expectativas de inflação em 2020 e 2021. É verdade que as revisões de ambas leituras estão bem abaixo dos centros das metas de inflação em ambos os anos, mas a continuidade dos impulsos fiscais e das restrições setoriais de oferta tendem a levar as projeções para a inflação ao consumidor para perto do centro da meta em 2021 e 2022. Isso pode induzir o Banco Central a iniciar o processo de elevação da Selic já em meados do segundo semestre de 2021 e fixá-la em 3,75% ou mesmo 4,0% no final do próximo ano.

A expansão monetária corrente e a manutenção da Selic abaixo de 4,0% são importantes para manter a taxa de inadimplência da pessoa jurídica entre 2,5% e 3,0%, e para preservar o crédito com recursos privados destinados às empresas acima de 14% do PIB, superior à média histórica de 12,7% do PIB entre 2007 e 2019. Este é um resultado fundamental para que a transmissão da política monetária para o crédito funcione adequadamente, permitindo que o PIB cresça entre 2,5% e 3,0% em 2021 e 2022. Entretanto, o objetivo do Banco Central em manter a Selic relativamente baixa, facilitando o funcionamento do mercado de crédito privado, depende do ajuste fiscal a ser perseguido a partir de 2021. O sucesso na redução do déficit primário do setor público é a principal condição para que os juros futuros de longo prazo entre 2025 e 2030 diminuam, permitindo a perenidade do crédito.

2. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Durante o terceiro trimestre de 2020, as economias globais continuaram a sentir os impactos da repercussão da pandemia do COVID-19, no entanto, com a implementação de programas de estímulos fiscais e monetários pela maioria dos países foi possível observar uma melhora nos indicadores de atividade econômica.

Neste contexto, o Banco Pine, sempre diligente aos efeitos do cenário macroeconômico em seus negócios, seguiu com a execução do seu planejamento estratégico, capturando oportunidades pautadas em modelos de riscos que ajudam a elevar as margens e controlar a qualidade dos ativos.

Nestes nove meses, o mercado financeiro brasileiro foi demonstrando cada vez mais maturidade, com a implantação de programas que incentivaram e contribuíram para o início da recuperação da economia observada recentemente. Neste sentido, em setembro de 2020, a Carteira Classificada (Res. nº 2.682) apresentou um aumento de 14,3% em relação a junho de 2020, destaque para a comercialização de produtos voltados para capital de giro, reflexo do processo de capitalização e reestruturação das empresas para o reaquecimento do mercado.

O volume de originação de crédito no 3T20 foi de R\$865,0 milhões, aumento de 96,8% em relação ao 2T20. A realização de operações ancoradas em recebíveis cresceu 61,3% no trimestre, denotando o reaquecimento da atividade econômica. Vale destacar que desde julho de 2020 concedemos mais de R\$270 milhões de crédito por meio do programa de Capital de Giro para Preservação de Empresas (CGPE), baseado na Res. nº 4.838/20 do Bacen, cujo objetivo é apoiar as médias empresas na obtenção de recursos. Com isso, a carteira classificada do segmento Empresas cresceu 23,7% no trimestre.

Com os avanços nas discussões acerca de oportunidades voltadas para pequenas e médias empresas, bastante impactadas pela crise e muito relevantes para economia, o segmento Empresas tem toda capacidade de ser um grande aliado na retomada da atividade econômica que, combinado a sua elevada rentabilidade, apresenta perspectivas promissoras para os próximos períodos. O Banco continuou mapeando as exposições aos setores e empresas com maior fragilidade e tem mantido linha de comunicação constante com os clientes por meio do time comercial. Aos clientes que solicitaram, foi estruturada uma renegociação pontual do contrato com o objetivo de proporcionar maior capacidade financeira no curto prazo.

Com relação ao *funding*, as captações de recursos aumentaram neste trimestre principalmente devido a busca dos investidores por ativos mais seguros e de longo prazo, considerando a contínua queda na taxa básica de juros em um cenário de alta volatilidade no mercado de capitais. Vale ressaltar que 84,1% do total de recursos foram captados com pessoas físicas, sendo que a maioria do *funding* possui vencimento superior a três anos.

A rápida adaptação ao cenário de crise, suportada por um balanço sólido e um modelo de negócios bem definido, possibilitou que o Banco mantivesse sua operação ininterrupta. Adotando com sucesso o regime de *home office*, sem prejuízo na comunicação entre as equipes e o atendimento aos clientes continuou com a velocidade e qualidade de sempre.

Ao longo destes últimos nove meses, o Banco Pine, em conjunto com seus colaboradores, evidenciou sua capacidade de adaptação e inovação, administrando novos riscos e demonstrando o quanto pode ser aprendido em momentos de maiores adversidades. Diante desse cenário, a administração do Banco reforça seu compromisso de manter o foco na preservação de níveis adequados de liquidez e capital, sem perder o diferencial, apoiando a recuperação, crescimento e desenvolvimentos dos clientes, gerando assim, valor a todos os *stakeholders*.

3. PERFIL INSTITUCIONAL

O Banco Pine (B3: PINE4) é um Banco regional brasileiro, de capital aberto, que há mais de vinte anos destaca-se em financiar e assessorar grandes e médias empresas. Sua estratégia baseia-se em conhecer cada cliente profundamente, entendendo seu negócio e seu potencial, de modo a construir soluções e alternativas financeiras personalizadas, como, serviços de conta corrente, rotativos, derivativos, cobranças, transferências, fianças, câmbio, comércio exterior, seguros e investimentos.

Esta estratégia requer diversidade de produtos, capital humano qualificado, administração de riscos eficiente e agilidade - características consistentemente desenvolvidas pelo Banco.

4. DESTAQUES DO PERÍODO

- O resultado líquido totalizou R\$-11,2 milhões no 3T20 (R\$-23,8 milhões no 3T19), e R\$-10,4 milhões nos 9M20 (R\$-94,5 milhões nos 9M19).
- Geração consistente de receitas, com crescimento da Margem Financeira Bruta (MFB) para R\$24,5 milhões no 3T20, comparado a R\$10,9 milhões no 3T19. A *Net Interest Margin* (NIM) com clientes registrou expansão para 2,0% a.a. ante 1,6% a.a. no 3T19, refletindo a mudança na composição do *mix* de produtos e de segmentos. No período acumulado, a MFB encerrou os 9M20 em R\$102,3 milhões ante R\$-7,7 milhões nos 9M19.
- As receitas de prestação de serviços e tarifas somaram R\$14,0 milhões no 3T20, melhora de 2,3% em relação ao 3T19. Na comparação do acumulado, as receitas ficaram praticamente estáveis.
- Redução no patamar de despesas de pessoal e administrativas tanto na comparação 3T20/3T19 quanto na 9M20/9M19. Destaque para a redução de 21,2% nas despesas administrativas ante o 3T19.
- A carteira expandida consolidada totalizou R\$4,0 bilhões, estável nos últimos 12 meses. Redução de 7,9% na carteira do segmento Grandes Empresas, que encerrou setembro de 2020 em R\$2,8 bilhões, enquanto o segmento Empresas apresentou crescimento de 2,5%, encerrando setembro de 2020 com um saldo de R\$1,1 bilhão, pulverizado em mais de 300 clientes.
- Aumento do número de clientes ativos em 10,5% na comparação com setembro de 2019, totalizando 567 grupos, e contínua pulverização de risco da carteira de crédito consolidada, com *ticket* médio de R\$7,0 milhões.
- Controle da inadimplência e aumento do Índice de Cobertura para atrasos acima de 90 dias.
- Patamar sólido de liquidez, com caixa equivalente a R\$1,7 bilhão.
- Índice de Basileia encerrou setembro de 2020 em 13,1%, sendo 11,9% de Capital Nível I.

Abaixo, um resumo de nossas informações financeiras:

RESULTADOS (R\$ Milhões)	3T19	2T20	3T20	9M19	9M20	Variação	
						Δ 3T19	Δ 9M19
Margem financeira bruta	11	61	24	(8)	102	-	-
Custo de crédito	(18)	(2)	(7)	(40)	(7)	-59,9%	-83,3%
Receita de prestação de serviços	14	9	14	32	32	2,3%	0,3%
Despesas administrativas e de pessoal (inclui PLR)	(51)	(51)	(43)	(145)	(137)	-15,3%	-5,6%
Resultado operacional	(40)	16	(16)	(143)	(19)	-60,4%	-86,5%
Lucro líquido / (prejuízo)	(24)	3	(11)	(94)	(10)	-52,8%	-89,0%

BALANÇO PATRIMONIAL (R\$ Milhões)	Set19	Jun20	Set20	Variação	
				Δ Jun20	Δ Set19
Total de ativos	10.045	11.724	12.149	3,6%	20,9%
Carteira de crédito expandida	4.176	3.590	3.963	10,4%	-5,1%
Grandes Empresas	3.072	2.669	2.830	6,0%	-7,9%
Empresas	1.105	921	1.133	23,0%	2,5%
Recursos captados	6.399	7.145	7.208	0,9%	12,7%
Patrimônio líquido	783	845	815	-3,6%	4,1%

INDICADORES DE DESEMPENHO (%)	3T19	2T20	3T20	Variação	
				Δ 2T20	Δ 3T19
<i>Net interest Margin</i> (NIM) com Clientes	1,59	2,23	2,03	-0,2 p.p.	0,4 p.p.
ROE (%a.a.)	(11,5)	1,5	(5,3)	-6,8 p.p.	6,2 p.p.
Índice de Basileia	12,3	11,3	13,1	1,8 p.p.	0,8 p.p.
Índice de Capital Nível I	10,5	9,9	11,9	2,0 p.p.	1,4 p.p.
Inadimplência (acima de 90 dias)	2,2	0,3	0,2	-0,1 p.p.	-2,0 p.p.
Índice de Cobertura (acima de 90 dias)	486	2.748	4.608	-	-

OUTRAS INFORMAÇÕES	Set19	Jun20	Set20	Variação	
				Δ Jun20	Δ Set19
Colaboradores (quantidade)	416	387	383	-1,0%	-7,9%
Valor de mercado (R\$ milhões)	389	433	381	-12,0%	-2,1%
Valor Patrimonial por ação (R\$)	6,46	5,70	5,50	-3,6%	-14,9%

Resultado consolidado

O resultado totalizou R\$-11,2 milhões no 3T20 e R\$-10,4 milhões nos 9M20, melhora significativa em relação aos prejuízos apresentados nestes respectivos períodos do ano passado. Essa variação reflete o avanço na estratégia, e foi impulsionado (i) pelo crescimento da Margem Bruta, reflexo principalmente do aumento da receita com tesouraria e manutenção da rentabilidade da carteira, (ii) pela redução no custo de crédito e (iii) redução das despesas operacionais.

Destaques patrimoniais

Os ativos totais alcançaram R\$12,1 bilhões ao final de setembro de 2020, crescimento de 20,9% em 12 meses, e de 3,6% no trimestre. O patrimônio líquido totalizou R\$814,7 milhões no mesmo período.

A carteira de crédito classificada apresentou aumento de 1,8% em relação a setembro de 2019, com aumento de 3,3% no segmento Empresas. A carteira de crédito expandida totalizou R\$4,0 bilhões ao final de setembro de 2020, estável na comparação anual, principalmente devido à redução das fianças prestadas, parte da estratégia do Banco.

Os créditos classificados entre os ratings AA-C, segundo a Res. nº 2.682 do Banco Central, representavam 86,5% da carteira de crédito ao final de setembro de 2020, ante 80,4% em setembro de 2019, ratificando a melhora da carteira e refletindo a qualidade das novas safras e dos processos de concessão de crédito, além de evidenciar a estratégia de migração da carteira para operações de maior rentabilidade e com mais garantias atreladas.

Captação

O total de captação atingiu R\$7,2 bilhões em setembro de 2020, apresentando um aumento de 12,7% em 12 meses. A carteira do Banco permanece diversificada e continuando a praticar prazos e condições adequadas ao perfil dos ativos.

As captações com pessoas físicas representaram 84,1% do total de *funding*, todas originadas por meio das mais de 50 distribuidoras que o Banco opera, ou pelo Pine Online, plataforma interna de investimentos. Por meio da plataforma foi possível abranger um escopo maior de clientes, enquanto também auxilia na redução nos custos de captação, oferecendo ainda mais vantagens frente ao mercado.

Índice da Basileia

O Índice de Basileia atingiu 13,1% em set.20, sendo que o índice de Capital Nível I totalizou 11,9%. Este patamar segue adequado com a estratégia do nosso apetite a risco, especialmente de crédito.

Na comparação com jun.20 o aumento na Basileia reflete, principalmente, os efeitos da Resolução nº 4.838/20 do Banco Central, que gerou um impacto positivo de 3,0 p.p. devido à redução do fator de ponderação do crédito tributário apurado para efeitos de capital.

5. RATINGS

O Banco é classificado por agências nacionais internacionais de *rating* e as notas atribuídas refletem seu desempenho operacional, a solidez financeira e a qualidade da sua administração, além de outros fatores relacionados ao setor financeiro e ao ambiente econômico no qual a companhia está inserida.

	Local	Global	Soberano
FitchRatings	BB+	B-	BB-

6. RECURSOS HUMANOS

Financiar rápido e servir bem milhares de empresas em benefício das pessoas. Este é o propósito que motiva o Banco Pine a fazer a diferença no mercado financeiro brasileiro. Em tempos exponenciais, em que o mundo digital nos transforma, o Banco acredita que as pessoas que são os principais agentes de um processo transformação, sendo assim, responsáveis diretos pelo sucesso do Banco.

Para disseminar este propósito e estas crenças, o Banco Pine criou o “Pine Pulsa” - a sua declaração de cultura - expressa através dos valores que acredita serem fundamentais na prática do dia a dia dos seus colaboradores: Pensar Diferente; Seja o Cliente; Ser para o Outro; Jogue Limpo e Juntos somos donos.

O Banco acredita que a Cultura é fortemente disseminada por meio do exemplo dos líderes, por isso periodicamente é realizado o Programa de Desenvolvimento da Liderança. Temas críticos de gestão são abordados, como por exemplo: liderar no modelo *home office*; conhecer o perfil de seus colaboradores visando uma gestão mais assertiva; lidar com os desafios da pandemia na liderança; dicas da prática de *feedback*; ferramentas tecnológicas de gestão; responsabilidade dos gestores acerca de questões trabalhistas e legais; igualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho, dentre outros.

Mesmo antes da pandemia, o Banco Pine já adotava o *home office*. Dado todo o cenário de 2020, intensificou-se rapidamente a atuação neste modelo de trabalho, oferecendo estrutura tecnológica, expandindo a elegibilidade e oferecendo ajuda de custo para contribuir com despesas de internet dos colaboradores.

O processo de comunicação e educação corporativa foi adaptado para capacitar líderes e colaboradores em sua atuação durante a pandemia. Além disso, o tema da saúde estava na pauta ao longo de todo o ano, trazendo orientações e dicas sobre cuidados da saúde em diversos aspectos, inclusive com a elaboração da campanha de vacinação contra gripe. Para fomentar a capacitação contínua, foram criados os *Workshops* Colaborativos. Ministrados pelos próprios colaboradores, especialistas nos temas abordados, os demais membros do Banco reuniam-se virtualmente para conhecer mais sobre temas técnicos, tais como: produtos de investimento; novas tecnologias; estratégias comerciais; metodologias ágeis; *design thinking*; LGPD; PIX; produtos de crédito e derivativos, entre outros. Até o momento foram 22 turmas com 1.130 participações.

Para manter a atualização tecnológica e o incentivo à inovação, foi implementado o projeto de Educação Online em parceria com uma escola de ensino a distância. Desde então, 62 colaboradores receberam o benefício, escolhendo quais capacitações desejam. No primeiro semestre, mais de 118 cursos foram concluídos, totalizando 968 horas de treinamento.

Com intuito de disseminar a estratégia e disseminar os objetivos de negócio do Banco, foi criada uma metodologia de avaliação de desempenho que contempla os objetivos de negócio, os objetivos individuais e os valores corporativos. A composição destes três pilares de avaliação, compõem a nota dos colaboradores. Além disso, foram feitas rodadas de *feedback* para fornecer direcionamento dos times ao longo do ano e no final do ciclo, realizando as rodadas colegiadas para captar a percepção dos pares sobre os colegas e com isso, agregar insumos para desenvolvimento, que devem ser expressos no momento do *feedback*.

Nos temas de Responsabilidade Social, o Banco Pine estabeleceu parceria com a Instituição Assistencial Lar das Bênçãos, e participamos ativamente da campanha de doação de itens para crianças carentes e com o Instituto Reciclar estamos envolvidos no projeto de mentoria de carreira para jovens em situação de vulnerabilidade social.

7. GOVERNANÇA CORPORATIVA

O Banco Pine possui políticas ativas de governança corporativa, em decorrência do compromisso permanente com seus acionistas e demais partes relacionadas. Entre os diferenciais de governança praticados pelo Pine, além de integrar o nível 2 de Governança Corporativa da B3, estão:

- Dois membros independentes no Conselho de Administração;
- 100% *tag along* para todas as ações, inclusive as preferenciais;
- Procedimentos de arbitragem para rápida solução em caso de disputas;
- Divulgação anual de resultados em dois padrões contábeis, BR GAAP e IFRS; e
- Comitês de Auditoria e Remuneração, que respondem diretamente ao Conselho de Administração.

Além disso, motivado pelas várias discussões no mercado relacionadas ao tema ESG (ambiental, social e governança), nestes últimos meses o Banco Pine acelerou o debate de pautas internas que englobam temas relacionados à sustentabilidade por meio da criação da Comissão ESG. Estas questões já eram consideradas em seu planejamento estratégico, no entanto o Banco está buscando aprofundar a compreensão dos impactos desse tema, uma vez que o considera essencial para a perenidade de seus negócios.

No final de fevereiro de 2020 o Brasil começou a sentir os impactos da crise gerada pelo novo coronavírus, que até então estava em grande parte restringida à China e partes da Europa. Com ampla e rápida disseminação do vírus, as incertezas acerca da economia mundial impactaram diretamente o mercado de capitais, que vem apresentando uma volatilidade acima da média em todos os setores. Desta forma, o valor de mercado do Banco foi afetado negativamente, encerrando setembro de 2020 em R\$381 milhões.

Nossa base acionária encerrou o 3T20 com 18.386 acionistas, crescimento de 162% nos últimos 12 meses.

Por fim, vale destacar que neste trimestre, como reconhecimento pelo sucesso na implantação do nosso modelo de negócios definido pelo planejamento estratégico, o Banco foi classificado em 2º lugar, dentre os bancos no quesito inovação, e com o 3º na avaliação de visão de futuro no *ranking* elaborado pela Revista Época Negócios 360º.

PIX: O Banco Pine está homologado e apto para operar o novo sistema de pagamentos instantâneos do Banco Central, permitindo com que as empresas possam fazer e receber pagamentos e transferências, de maneira instantânea, 24 horas por dia, sete dias por semana. Em 2020, o produto será ofertado aos clientes nos canais digitais exclusivamente por meio de APIs, e a partir de 2021 a oferta será ampliada por meio das plataformas digitais do Banco.

8. AUDITORES EXTERNOS

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, no período de janeiro a setembro de 2020, não foram contratados junto aos auditores independentes, serviços não relacionados à auditoria externa. O Banco Pine tem como procedimento restringir os serviços prestados pelos seus auditores independentes, de forma a preservar a independência e a objetividade do auditor em consonância com as normas brasileiras e internacionais.

BACEN – Resolução nº 3.068

Atendendo ao disposto no Artigo 8º da Circular no 3.068/01 do Bacen, o Banco Pine declara ter capacidade financeira e a intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “Mantidos até o Vencimento”, no montante de R\$1.688,4 milhões, representando 38,4% do total de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos em setembro de 2020.

9. RELAÇÕES COM INVESTIDORES

A atuação da equipe de Relações com Investidores é pautada pelo compromisso com a transparência, equidade da informação e busca constante por melhores práticas, transmitindo as informações, perspectivas e estratégias do Banco Pine de forma qualificada. Por meio do site de RI (ri.pine.com), o Banco Pine mantém os acionistas sempre atualizados, e no caso de dúvidas, é disponibilizado um canal de comunicação direto via e-mail (ri@pine.com).

A Administração

ATIVO	Nota	Individual		Consolidado	
		30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Caixa e equivalente de caixa	4	174.030	84.568	174.563	85.568
Ativos Financeiros		10.219.916	8.494.129	10.709.321	8.985.857
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	11.252	35.352	11.252	35.352
Títulos e valores mobiliários	6.a	4.367.611	2.910.419	4.367.611	2.912.894
Instrumentos financeiros derivativos	6.c	2.161.944	1.773.704	2.161.944	1.773.704
Operações de crédito	7	2.667.355	3.006.920	2.667.355	3.006.920
Outros ativos financeiros	8	1.011.754	767.734	1.501.159	1.256.987
(-) Provisão para perdas esperadas	7.g	(269.180)	(448.885)	(269.180)	(448.885)
(-) Operações de crédito e outros créditos		(269.180)	(448.885)	(269.180)	(448.885)
Crédito Tributário	9.b	991.584	906.927	994.645	907.980
Investimento em participações em coligadas e controladas	10	633.054	718.668	474	474
Outros ativos	11	447.796	466.770	527.864	597.105
Imobilizado de uso	12	26.121	25.954	26.121	25.954
Intangível		2.958	12.290	2.958	12.291
Depreciação e Amortização		(18.002)	(26.032)	(18.002)	(26.032)
Imobilizado de uso	12	(17.403)	(16.379)	(17.403)	(16.379)
Intangível		(599)	(9.653)	(599)	(9.653)
TOTAL DO ATIVO		12.208.277	10.234.389	12.148.764	10.140.312
PASSIVO	Nota	Individual		Consolidado	
		30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Passivos Financeiros		11.076.469	9.085.649	11.009.693	8.973.862
Depósitos	13.a	6.258.028	5.901.042	6.191.252	5.789.255
Captações no mercado aberto	13.b	1.743.734	345.394	1.743.734	345.394
Recursos de aceites e emissão de títulos	13.c	701.953	534.377	701.953	534.377
Obrigações por empréstimos e repasses	13.d	74.875	122.914	74.875	122.914
Dívida subordinada	14	138.244	131.457	138.244	131.457
Instrumentos financeiros derivativos	6.c	2.151.707	2.044.068	2.151.707	2.044.068
Outros passivos financeiros		7.928	6.397	7.928	6.397
Provisões	15	18.335	19.257	18.335	19.257
Outros passivos	16	298.781	288.428	306.044	306.138
TOTAL DO PASSIVO		11.393.585	9.393.334	11.334.072	9.299.257
Patrimônio Líquido	17	814.692	841.055	814.692	841.055
Capital social		1.202.393	1.202.393	1.202.393	1.202.393
De domiciliados no país		1.073.526	1.073.526	1.073.526	1.073.526
De domiciliados no exterior		128.867	128.867	128.867	128.867
Outros resultados abrangentes		(16.754)	(746)	(16.754)	(746)
Prejuízos Acumulados		(370.947)	(360.592)	(370.947)	(360.592)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17	814.692	841.055	814.692	841.055
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		12.208.277	10.234.389	12.148.764	10.140.312

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

(Em milhares de Reais - R\$, exceto o lucro líquido/(prejuízo) por ação)



	Nota	Individual				Consolidado			
		3T20	30/09/2020	3T19	30/09/2019	3T20	30/09/2020	3T19	30/09/2019
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		145.314	498.937	175.922	419.466	145.314	498.955	175.890	419.465
Operações de crédito	18.a	73.976	267.338	101.484	261.853	73.976	267.338	101.484	261.853
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6.b	52.559	182.362	55.532	124.332	52.559	182.380	55.500	124.331
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	6.c	(10.973)	(138.543)	(33.655)	(24.138)	(10.973)	(138.543)	(33.655)	(24.138)
Resultado de operações de câmbio		29.752	187.780	52.561	57.419	29.752	187.780	52.561	57.419
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(112.237)	(364.201)	(184.862)	(419.617)	(111.725)	(361.901)	(183.214)	(415.679)
Operações de captação no mercado	18.b	(115.777)	(358.283)	(140.975)	(417.780)	(115.265)	(355.983)	(139.327)	(413.842)
Operações de empréstimos e repasses	18.c	(7.092)	(53.574)	(25.300)	(39.657)	(7.092)	(53.574)	(25.300)	(39.657)
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa	7.g	10.632	47.656	(18.587)	37.820	10.632	47.656	(18.587)	37.820
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		33.077	134.736	(8.940)	(151)	33.589	137.054	(7.324)	3.786
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(49.798)	(185.873)	(30.093)	(131.189)	(48.453)	(164.286)	(29.783)	(130.873)
Receitas de prestação de serviços	18.d	8.440	19.932	8.498	21.915	10.764	25.489	11.217	28.219
Rendas de tarifas bancárias		3.187	6.659	2.415	3.829	3.187	6.659	2.415	3.829
Despesas de pessoal	18.e	(20.031)	(64.743)	(19.880)	(59.105)	(20.031)	(64.743)	(19.882)	(59.139)
Outras despesas administrativas	18.f	(19.398)	(65.330)	(24.175)	(71.074)	(20.998)	(70.313)	(26.647)	(77.307)
Despesas tributárias	18.g	(2.214)	(4.518)	(1.361)	(11.453)	(5.042)	(12.718)	(4.439)	(22.566)
Resultado de participação em controladas	10.a	(3.575)	(27.623)	130	(803)	-	-	-	(2.520)
Outras receitas operacionais	18.h	3.355	13.039	9.349	41.018	3.533	13.872	11.250	92.627
Outras despesas operacionais	18.i	(19.562)	(63.289)	(5.069)	(55.516)	(19.866)	(62.532)	(3.697)	(94.016)
RESULTADO OPERACIONAL		(16.721)	(51.137)	(39.033)	(131.340)	(14.864)	(27.232)	(37.107)	(127.087)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	18.j	1.114	6.463	(176)	14.240	902	(17.289)	(176)	14.240
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		(15.607)	(44.674)	(39.209)	(117.100)	(13.962)	(44.521)	(37.283)	(112.847)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	19	6.245	36.067	19.538	31.038	4.600	35.914	17.612	26.790
PARTICIPAÇÕES NO RESULTADO	22	(1.875)	(1.748)	(4.154)	(8.403)	(1.875)	(1.748)	(4.154)	(8.408)
PREJUÍZO DO PERÍODO		(11.237)	(10.355)	(23.825)	(94.465)	(11.237)	(10.355)	(23.825)	(94.465)
PREJUÍZO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO EM NÚMERO MÉDIO PONDERADO DE AÇÕES									
Prejuízo por ação ordinária		(0,1487)	(0,1370)	(0,3655)	(1,4493)	-	-	-	-
Prejuízo por ação preferencial		(0,1548)	(0,1427)	(0,4255)	(1,6871)	-	-	-	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

	Nota	Individual e Consolidado			
		3T20	30/09/2020	3T19	30/09/2019
Prejuízo do período		(11.237)	(10.355)	(23.825)	(94.465)
Outros ajustes abrangentes	18.a	(19.093)	(16.008)	(969)	8.569
Ativos financeiros disponíveis para venda	6.b	(35.166)	(31.780)	(2.963)	9.859
Hedges de fluxo de caixa	6.c	-	(10)	11	6
Imposto de renda e contribuição social		15.622	13.099	646	(5.646)
Outros ⁽¹⁾		451	2.683	1.337	4.350
Prejuízo abrangente do período		(30.330)	(26.363)	(24.794)	(85.896)

(1) Refere-se ao diferimento de ações, conforme Resolução CMN n° 3.921 de 25/11/2010.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 (Em milhares de Reais - R\$)



	Individual e Consolidado				
	Capital Social Realizado	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações em Tesouraria	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.112.259	(1.135)	(39)	(242.345)	868.740
Venda/Aquisição de ações em tesouraria	-	-	39	(39)	-
MTM de títulos disponíveis para venda	-	5.915	-	-	5.915
MTM <i>Hedge</i> de fluxo de caixa	-	4	-	-	4
Outros ajustes de avaliação patrimonial	-	2.650	-	-	2.650
Prejuízo do período	-	-	-	(94.465)	(94.465)
Saldos em 30 de setembro de 2019	1.112.259	7.434	-	(336.849)	782.844
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.202.393	(746)	-	(360.592)	841.055
MTM de títulos disponíveis para venda	-	(17.479)	-	-	(17.479)
MTM <i>Hedge</i> de fluxo de caixa	-	(5)	-	-	(5)
Outros ajustes de avaliação patrimonial	-	1.476	-	-	1.476
Prejuízo do período	-	-	-	(10.355)	(10.355)
Saldos em 30 de setembro de 2020	1.202.393	(16.754)	-	(370.947)	814.692

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

	Nota	Individual		Consolidado	
		30/09/2020	30/09/2019	30/09/2020	30/09/2019
ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Prejuízo ajustado		(157.999)	(188.622)	(187.613)	(190.021)
Prejuízo do período		(10.355)	(94.465)	(10.355)	(94.465)
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		(91.510)	(13.821)	(91.510)	(13.821)
Provisão para Perdas Esperadas	7.g	(47.656)	(37.820)	(47.656)	(37.820)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(36.067)	(43.393)	(38.058)	(43.989)
Depreciação e amortização	18.f	1.584	652	1.584	652
Provisão para contingências		(2.205)	203	(2.205)	203
Provisão para garantias financeiras prestadas		587	(781)	587	(781)
Resultado de participação em controladas	10.a	27.623	803	-	-
Varição de ativos e passivos		91.621	(887.952)	178.759	(921.076)
(Aumento) Redução de aplicações interfinanceiras de liquidez		24.100	20.961	24.100	20.961
(Aumento) Redução de títulos e valores mobiliários		(1.473.200)	(955.681)	(1.470.725)	(883.041)
(Aumento) Redução de operações de crédito		207.516	(223.144)	207.516	(223.144)
(Aumento) Redução de outros ativos financeiros		(291.078)	(525.874)	(291.247)	(484.652)
(Aumento) Redução de outros ativos		18.973	50.668	69.241	(60.392)
(Aumento) Redução de instrumentos financeiros derivativos		(280.601)	185.426	(280.601)	185.426
Aumento (Redução) de depósitos		356.986	265.038	401.997	223.127
Aumento (Redução) de operações compromissadas		1.398.340	59.008	1.398.340	59.008
Aumento (Redução) de recursos de aceites e emissões de títulos		167.576	13.924	167.576	13.923
Aumento (Redução) de obrigações por empréstimos e repasses		(48.039)	(164.932)	(48.039)	(164.931)
Aumento (Redução) de outros passivos		11.048	386.654	601	392.639
Caixa líquido (aplicado em) proveniente das atividades operacionais		(66.378)	(1.076.574)	(8.854)	(1.111.097)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aquisição/Alienação de imobilizado de uso		(166)	(6.767)	(166)	(6.767)
Aquisição/Alienação de intangível		(282)	1	(282)	390
Aumento de capital em controladas		-	(18.209)	-	(19.199)
Aquisição de outros investimentos		-	(152)	-	(152)
Caixa líquido (aplicado em) proveniente das atividades de investimento		(448)	(25.127)	(448)	(25.728)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Dividendos recebidos		57.991	4.200	-	-
Aumento (Redução) em obrigações por dívida subordinada	14	6.787	53.833	6.787	53.833
Caixa líquido (aplicado em) proveniente das atividades de financiamento		64.778	58.033	6.787	53.833
AUMENTO/REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4	84.568	1.413.014	85.568	1.453.338
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		91.510	13.821	91.510	13.821
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	4	174.030	383.167	174.563	384.167

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

	Individual		Consolidado	
	30/09/2020	30/09/2019	30/09/2020	30/09/2019
Receitas	529.397	482.772	512.810	502.184
Receitas da Intermediação financeira	498.937	419.466	498.955	419.465
Receitas de prestação de serviços	19.932	21.915	25.489	28.219
Rendas de tarifas bancárias	6.659	3.829	6.659	3.829
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa	47.656	37.820	47.656	37.820
Outras	(43.787)	(258)	(65.949)	12.851
Despesas de intermediação financeira	(411.857)	(457.437)	(409.557)	(453.499)
Insumos adquiridos de terceiros	(52.558)	(59.497)	(57.541)	(65.730)
Materiais, energias e outros	(285)	(683)	(285)	(683)
Serviços de terceiros	(33.259)	(35.953)	(35.526)	(37.972)
Outros	(19.014)	(22.861)	(21.730)	(27.075)
Valor adicionado/(consumido) bruto	64.982	(34.162)	45.712	(17.045)
Depreciação e amortização	(1.584)	(652)	(1.584)	(652)
Valor adicionado/(consumido) líquido produzido pela entidade	63.398	(34.814)	44.128	(17.697)
Valor adicionado recebido em transferência	(27.623)	(803)	-	(2.520)
Resultado de equivalência patrimonial	(27.623)	(803)	-	(2.520)
Valor adicionado/(consumido) total a distribuir	35.775	(35.617)	44.128	(20.217)
Distribuição do valor adicionado/(consumido)	35.775	(35.617)	44.128	(20.217)
Remuneração do trabalho	66.491	67.508	66.491	67.547
Proventos	41.375	38.229	41.375	38.247
Benefícios e treinamento	9.262	8.125	9.262	8.141
Encargos sociais	14.106	12.751	14.106	12.751
Participação nos lucros	1.748	8.403	1.748	8.408
Remuneração de governos	(31.549)	(19.585)	(23.196)	(4.224)
Federais	2.742	9.603	4.245	12.853
Estaduais	-	-	-	23
Municipais	1.776	1.850	8.473	9.690
Imposto de renda e contribuição social	(36.067)	(31.038)	(35.914)	(26.790)
Remuneração de capitais de terceiros	11.188	10.925	11.188	10.925
Aluguéis e arrendamento de bens	11.188	10.925	11.188	10.925
Remuneração de capitais próprios	(10.355)	(94.465)	(10.355)	(94.465)
Prejuízo retido	(10.355)	(94.465)	(10.355)	(94.465)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Pine S.A. ("Pine") é uma companhia aberta, com matriz localizada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.830 - Itaim Bibi, São Paulo - SP e está autorizado a operar as carteiras comerciais, de investimentos, crédito, financiamento e de câmbio.

As operações do Pine são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente e certas operações tem a coparticipação ou a intermediação de instituições controladas, integrantes do Conglomerado Pine. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente, por essas instituições.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

As Demonstrações Financeiras Intermediárias do Pine, que incluem sua Agência de Grand Cayman (Individual) e as Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas do Pine e Controladas (Consolidado), são apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional do Pine, incluindo sua dependência no Exterior e, exceto quando indicado, os valores são expressos em milhares de Reais e foram arredondados para o milhar mais próximo.

Em atendimento à Deliberação CVM nº 505/06, informamos que foi aprovada, em 05 de novembro de 2020, as Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas de 30 de setembro de 2020, pelo Conselho de Administração do Pine, dentre outras providências.

Mudanças na apresentação das Demonstrações Financeiras

O Pine, com base na Resolução CMN nº 4.720/19 e Circular Bacen nº 3.959/19, passou a apresentar as contas do ativo e passivo no Balanço Patrimonial por liquidez e exigibilidade. Desta forma, está evidenciado em Notas Explicativas, o montante esperado a ser realizado ou liquidado em até doze meses e em prazo superior para cada item apresentado no ativo e passivo.

As reclassificações das contas patrimoniais e de resultado consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 estão apresentadas, conforme abaixo:

Nomenclatura Anterior	Publicado		Nomenclatura Atual	ATIVO	
	31/12/2019	31/12/2019		31/12/2019	31/12/2019
Disponibilidades	83.328		Caixa e equivalente de caixa	83.328	
Aplicações no mercado aberto	2.240		Caixa e equivalente de caixa	2.240	
(-) Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(323.783)		(-) Provisão para perdas esperadas	(323.783)	
Rendas a Receber	32.916		Outros ativos	32.916	
Negociação e Intermediação de Valores	78.663		Outros ativos financeiros	78.663	
Diversos	907.980		Crédito Tributário	907.980	
Total	781.344		Total	781.344	

Nomenclatura Anterior	Publicado		Nomenclatura Atual	PASSIVO	
	31/12/2019	31/12/2019		31/12/2019	31/12/2019
Relações interfinanceiras	512		Outros passivos financeiros	512	
Relações interdependências	5.885		Outros passivos financeiros	5.885	
Provisão para passivos contingentes	15.107		Provisões	15.107	
Outras obrigações - diversas	4.150		Provisões	4.150	
Outras obrigações	306.138		Outros passivos	306.138	
Total	331.792		Total	331.792	

O lucro líquido (prejuízo) por ação do Pine também sofreu alteração em decorrência da adoção às normas acima citadas. Em 30 de setembro de 2019, o lucro líquido (prejuízo) por ação divulgado foi de (R\$ 0,77960).

As Demonstrações Financeiras Intermediárias consolidadas contemplam as operações do Pine, sua dependência no exterior, suas controladas diretas e indiretas e entidades de propósito específico apresentadas conforme abaixo:

Atividade	Participação % no capital total em	
	30/09/2020	31/12/2019
Dependências no exterior		
Agência Grand Cayman ⁽¹⁾	100,0000	100,0000
Subsidiárias		
Pine Securities USA LLC ⁽²⁾	-	100,0000
Pine Planejamento e Serviços Ltda	99,9900	99,9900
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	99,9998	99,9998
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.	99,9998	99,9998
Pine Entre Verdes Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	99,9999	99,9999
Pine Corretora de Seguros Ltda.	99,9990	99,9990
Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário	99,9900	99,9900
Pine Ativos Imobiliários SPE Ltda.	99,9900	99,9900

(1) Em 11 de janeiro de 2019, ocorreu a redução de Capital da dependência no exterior - Agência Grand Cayman no valor equivalente a USD52.000.

(2) A Pine Securities USA LLC encerrou suas atividades em 11 de janeiro de 2019.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Financeiras Intermediárias do Pine foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), estabelecida pela Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras Intermediárias, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo Bacen. Os pronunciamentos contábeis já aprovados são:

Resolução CMN nº 4.144/12 – Pronunciamento Conceitual Básico (R1)
 Resolução CMN nº 3.566/08 – CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos
 Resolução CMN nº 4.524/16 – CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis
 Resolução CMN nº 3.604/08 – CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa
 Resolução CMN nº 4.534/16 – CPC 04 (R1) - Ativo Intangível
 Resolução CMN nº 3.750/09 – CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas
 Resolução CMN nº 3.989/11 – CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações
 Resolução CMN nº 4.007/11 – CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro
 Resolução CMN nº 3.973/11 – CPC 24 - Evento Subsequente
 Resolução CMN nº 3.823/09 – CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
 Resolução CMN nº 4.535/16 – CPC 27 - Ativo Imobilizado
 Resolução CMN nº 4.424/15 – CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados
 Circular Bacen nº 3.959/19 – CPC 41 - Resultado por Ação
 Resolução CMN nº 4.748/19 – CPC 46 - Mensuração do valor justo

O Pronunciamento Técnico CPC 46 - Mensuração do Valor Justo aprovado pela Resolução CMN nº 4.748/19 entrou em vigor em 1º de janeiro de 2020. Não foram identificados impactos significativos em suas informações financeiras dada a sua adoção.

Hierarquia de valor justo

O cálculo do valor justo é executado pela área de riscos, que desta forma, está sujeito a uma estrutura de controle definida para garantir que os valores calculados sejam determinados por uma área independente do tomador de risco.

O valor justo é determinado de acordo com a seguinte hierarquia:

Nível 1: Instrumentos financeiros com referência de preços em mercados organizados e com elevada liquidez. A carteira contida neste nível é composta de títulos públicos, derivativos listados e outros títulos negociados do mercado ativo.

Nível 2: A apuração do valor justo dos produtos com nível reduzido de liquidez é feita através dos terminais de precificação de dados públicos e em plataformas de precificação de mercado. Os títulos privados são calculados com base no valor presente dos fluxos de pagamento futuros, descontados por taxas de juros livre de risco mais o spread de crédito, utilizamos também o rating da contraparte que reflita a qualidade creditícia do emissor, os derivativos de balcão são calculados com as curvas e preços disponibilizados pela B3.

Nível 3: O valor justo dos produtos com baixíssima liquidez de mercado é calculado com base em modelos desenvolvidos internamente, pautados pela confiabilidade da informação e pelo conservadorismo, no nível 3 são classificados como ativos de baixíssima liquidez os títulos privados com mudança substancial de risco.

Os instrumentos financeiros classificados pelo valor justo no Nível 1 são precificados com base na coleta de preços divulgados pelos mercados organizados, no Nível 2 são utilizados os preços contidos e derivados de cotações públicas em mercados ativos e no Nível 3 são mensurados mediante modelos internos de cálculo. O volume de operações precificadas pelo seu valor justo na sua quase totalidade estão distribuídos no Níveis 1, com exceção aos instrumentos financeiros derivativos que são classificados em Nível 2 e aos títulos privados em situação de discussão judicial no montante de R\$110 milhões que são classificados em Nível 3.

A Resolução CMN nº 4.720/19 e a Circular Bacen nº 3.959/19 estabeleceram critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras e informações financeiras de períodos inferiores a um ano, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2020, incluindo: a apresentação da Demonstração do Resultado Abrangente e a apresentação de Informações financeiras intermediárias de forma completa.

a) Consolidação

Nas Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas, os saldos e os resultados das transações entre o Pine e suas subsidiárias e entidades de propósito específico foram eliminados.

b) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrem, sempre simultaneamente quando se correlacionam, independentemente de seu recebimento ou pagamento.

As receitas e despesas de natureza financeira são apropriadas observando-se o critério pro rata temporis, substancialmente com base no método exponencial.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas dos balanços.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações interfinanceiras de liquidez e depósitos a prazo, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Pine para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

e) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular Bacen nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários do Pine são classificados nas categorias "títulos para negociação", "títulos disponíveis para venda" e "títulos mantidos até o vencimento".

Os títulos classificados na categoria "títulos para negociação" são os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Esses títulos apresentam seu valor de custo atualizado pelos rendimentos incorridos até as datas dos balanços e ajustado pelo valor de mercado, sendo esses ajustes registrados à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

Os títulos classificados na categoria "títulos disponíveis para venda" são aqueles para os quais o Pine não tem intenção de mantê-los até o vencimento, nem foram adquiridos com o objetivo de serem ativos e frequentemente negociados. Esses títulos apresentam seu valor de custo atualizado pelos rendimentos incorridos até as datas dos balanços e são ajustados pelo valor de mercado, sendo esses ajustes lançados no patrimônio líquido na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial", deduzidos dos efeitos tributários.

Os títulos classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento" são aqueles para os quais o Pine tem intenção e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento. Esses títulos são registrados pelo seu valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos. O ágio e deságio, quando aplicável, são apropriados ao resultado em função dos prazos de vigência dos títulos.

Os títulos classificados na categoria "para negociação" estão apresentados no ativo circulante, independente do seu vencimento.

O valor justo dos títulos de dívida emitidos por companhias de capital fechado, que não são negociados em mercados ativos, é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Pine usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço e nas condições de crédito dos emissores. O Pine utiliza a análise do fluxo de caixa descontado para cálculo do valor justo desses ativos financeiros disponíveis para venda.

f) Instrumentos Financeiros Derivativos

De acordo com a Circular Bacen nº 3.082/02, e a Carta-Circular Bacen nº 3.026/02, os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações com opções, a termo, futuros e swaps são contabilizados obedecendo aos seguintes critérios:

- Operações com opções: Os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados no ativo ou passivo, respectivamente, até o efetivo exercício da opção, e contabilizado como redução ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo exercício da opção, ou como receita ou despesa no caso de não-exercício;
- Operações de futuro: os valores dos ajustes diários são contabilizados em conta do ativo ou passivo e apropriados diariamente como receita ou despesa;
- Operações de swap: os valores relativos ao diferencial a receber ou a pagar são contabilizados em conta de ativo ou passivo, respectivamente, e apropriados como receita ou despesa pro rata dia até a data do balanço;
- Operações a termo: pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência dos contratos até a data do balanço.

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção do Pine, na data do início da operação, levando-se em consideração se sua finalidade é para proteção contra risco (hedge) ou não. Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros e que sejam: (i) altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato; e (ii) considerados efetivos na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como hedge de acordo com sua natureza:

. Hedge de risco de mercado - os ativos e passivos financeiros objetos de hedge e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações reconhecidas no resultado do período;

. Hedge de fluxo de caixa - os ativos e passivos financeiros objeto de hedge e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações, deduzidas dos efeitos tributários, reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajustes de avaliação patrimonial". A parcela não efetiva do hedge é reconhecida diretamente no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de hedge contábil estabelecidos pelo Bacen, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizados pelo valor de mercado, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período.

g) Requisitos Mínimos no Processo de Apreçamento de Instrumentos Financeiros (Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos)

A Resolução do CMN nº 4.277 de 31 de outubro de 2013 (que entrou em vigor em 30 de junho de 2015), dispõe sobre requisitos mínimos a serem observados no processo de apreçamento de instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado e quanto à adoção de ajustes prudenciais pelas instituições financeiras. Os instrumentos financeiros de que tratam a Resolução incluem:

. Títulos e valores mobiliários classificados nas categorias "títulos para negociação" e "títulos disponíveis para venda", conforme a Circular Bacen nº 3.068, de 8 de novembro de 2001;

. Instrumentos financeiros derivativos, de que trata a Circular Bacen nº 3.082, de 30 de janeiro de 2002; e

. Demais instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado, independentemente da sua classificação na carteira de negociação, estabelecida na Resolução CMN nº 3.464, de 26 de junho de 2007.

De acordo com esta Resolução, o Pine passou a estabelecer procedimentos para a avaliação da necessidade de ajustes no valor dos instrumentos financeiros citados acima, observando os critérios de prudência, relevância e confiabilidade. Esta avaliação inclui, entre outros fatores, o spread de risco de crédito no registro do valor a mercado destes instrumentos.

h) Operações de crédito e provisão para perdas esperadas

O Pine classifica sua carteira de crédito por rating que varia de AA à H, considerando premissas internas alinhadas com a Resolução CMN nº 2.682/99. Essas premissas representam julgamentos e levam em consideração, principalmente, a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e garantidores e os níveis de inadimplência. Baseado nesses critérios a provisão para créditos de liquidação duvidosa é considerada suficiente pelo Pine. Entretanto, por se tratar de julgamentos aplicados, a provisão para créditos de liquidação duvidosa demonstrada na Nota 7.d poderá divergir da perda futura a ser incorrida.

As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas no nível H (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas por cinco anos em conta de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas no momento da renegociação.

As renegociações de operações de crédito que haviam sido baixadas contra prejuízo e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H, sendo que os eventuais ganhos provenientes das renegociações somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para perdas esperadas atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida, conforme demonstrado na nota explicativa nº 7.

i) Baixa de ativos financeiros

Conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.533/08, a baixa de um ativo financeiro se dá quando os direitos contratuais ao fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou quando ocorrer a venda ou a transferência deste ativo financeiro.

A venda ou a transferência de um ativo financeiro deve ser classificada nas seguintes categorias:

. Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios: o cedente transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (i) venda incondicional do ativo financeiro; (ii) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de recompra pelo valor justo desse ativo no momento da recompra; e (iii) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja improvável de ocorrer;

. Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios: o cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (i) venda do ativo financeiro em conjunto com compromisso de recompra do mesmo ativo a preço fixo ou o preço de venda adicionado de quaisquer rendimentos; (ii) contratos de empréstimo de títulos e valores mobiliários; (iii) venda do ativo financeiro em conjunto com contrato de swap de taxa de retorno total que transfira a exposição ao risco de mercado de volta ao cedente; (iv) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja provável de ocorrer; e (v) venda de recebíveis para os quais o vendedor ou o cedente garanta por qualquer forma compensar o comprador ou o cessionário pelas perdas de crédito que venham a ocorrer, ou cuja venda tenha ocorrido em conjunto com a aquisição de cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC); e

. Operações sem transferência ou retenção substancial dos riscos e benefícios: devem ser classificadas as operações em que o cedente não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação.

A provisão para perdas esperadas segue os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 do Bacen.

j) Outros valores e bens

Outros valores e bens referem-se, principalmente, a bens não de uso próprio, compostos basicamente por imóveis recebidos em dação de pagamento. Os bens não de uso próprio são geralmente registrados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil, na data em que forem classificados nessa categoria e não são depreciados.

k) Despesas antecipadas

São controladas por contrato e contabilizadas na rubrica de "Despesas antecipadas". A apropriação dessa despesa ao resultado do período é efetuada de acordo com o prazo de vigência dos contratos e registrada na rubrica "Outras despesas administrativas".

l) Outros ativos circulante e realizável a longo prazo

São demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de realização.

m) Investimento em participações em coligadas e controladas, Imobilizado de uso e Intangível

É demonstrado ao custo, combinado com os seguintes aspectos:

. A participação em controladas é avaliada pelo método da equivalência patrimonial;

. A participação em não controladas é avaliada pelo método de custo;

. Os bens do Ativo Imobilizado correspondem aos bens e direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade;

. A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplam a vida útil e econômica dos bens;

· O Ativo Intangível corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

n) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

É reconhecida uma perda por impairment se o valor contabilizado de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por impairment são reconhecidas no resultado do período. Os valores dos ativos não financeiros, exceto os créditos tributários são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por impairment.

o) Operações compromissadas

Compra (venda) de ativos financeiros com base em um contrato de revenda (recompra) a preço fixo são reconhecidas no Balanço Patrimonial como financiamento concedido (recebido), com base na natureza do devedor (credor), sob as rubricas "Aplicações interfinanceiras de liquidez" e "Captações no mercado aberto".

p) Outros passivos circulante e exigível a longo prazo

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos até as datas dos balanços.

q) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, e Carta-Circular Bacen nº 3.429/10, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 25, da seguinte forma:

· Ativos contingentes: não são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras Intermediárias, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;

· Contingências passivas: É determinada a probabilidade de quaisquer julgamentos ou resultados desfavoráveis destas ações, assim como do intervalo provável de perdas. A determinação da provisão necessária para essas contingências é feita após análise de cada ação e com base na opinião dos seus assessores legais. Estão provisionadas as contingências para aquelas ações que julgamos como provável a probabilidade de perda. As provisões requeridas para essas ações podem sofrer alterações no futuro devido às mudanças relacionadas ao andamento de cada ação. As ações que julgamos como possíveis a probabilidade de perda não são provisionadas, havendo apenas a divulgação das ações relevantes e, para as provisões cujo risco de perda é remota não é requerida divulgação. Os processos são avaliados de forma recorrente e a probabilidade de perda envolve elevado nível de julgamento, entre eles a perda histórica, incluindo quando necessário, o apoio de assessores jurídicos;

· Obrigações legais (fiscais e previdenciárias): referem-se a processos administrativos ou judiciais relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou a constitucionalidade que, independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, os montantes discutidos são integralmente provisionados e atualizados de acordo com a legislação vigente;

No caso de trânsitos em julgado favoráveis ao Pine, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.

r) Resultados de exercícios futuros

Referem-se às rendas recebidas antes do cumprimento do prazo da obrigação que lhes deram origem, incluindo rendimentos não restituíveis, principalmente relacionados à garantias e fianças prestadas. A apropriação ao resultado é efetuada de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

s) Provisão para imposto de renda e contribuição social

As provisões para imposto de renda e contribuição social são constituídas às alíquotas vigentes, sendo: imposto de renda 15%, acrescidos de adicional de 10% para o lucro tributável excedente a R\$240 (no exercício), e contribuição social 20%.

Em 06 de outubro de 2015 foi publicada a Lei nº 13.169, conversão da Medida Provisória nº 675, que elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, de 15% para 20% sobre os lucros tributáveis gerados no período compreendido entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018 e 15% a partir de 01 de janeiro de 2019, em relação às instituições financeiras, pessoas jurídicas de seguros privados, das de capitalização e das referidas nos incisos I ao VII, IX e X do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001.

A alíquota da CSLL, para bancos de qualquer espécie, foi elevado de 15% para 20% com vigência a partir de 1º de março de 2020, nos termos do artigo 32 da Emenda Constitucional 103, publicada em 13 de novembro de 2019.

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre o prejuízo fiscal, base negativa e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e a liquidação do passivo.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na nota explicativa 9.d, está baseada em projeções de resultados para os próximos 10 anos e fundamentada em estudo técnico que inclui julgamentos e premissas.

t) Participações no resultado

O Pine possui um programa próprio de participação nos lucros e resultados atrelado e homologado pelo PPLR do Sindicato dos Bancários.

As premissas gerais deste programa consistem em: (a) Desempenho das unidades de negócios; (b) Formação de fundo para distribuição em todos os níveis da organização; e (c) Avaliação de competências e cumprimento de metas nas áreas de apoio. Essas despesas foram registradas na rubrica de "Participações no resultado" pelo período de competência.

u) Lucro Líquido/(Prejuízo) por ação

É calculado com base na quantidade de ações em circulação do capital social integralizado na data das Demonstrações Financeiras Intermediárias.

v) Garantias Financeiras Prestadas

A Resolução CMN nº 4.512 de 28 de julho de 2016 e a Carta-Circular Bacen nº 3.782 de 19 de setembro de 2016 estabeleceram procedimentos contábeis a serem aplicados, determinando sobre a constituição de provisão para cobertura das perdas associadas às garantias financeiras prestadas sob qualquer forma, na adequada conta do passivo, tendo como contrapartida o resultado do período. As perdas associadas à probabilidade de desembolsos futuros vinculados a garantias financeiras prestadas são avaliadas de acordo com modelos e práticas reconhecidas de gerenciamento do risco de crédito e com base em informações e critérios consistentes, passíveis de verificação. A provisão é suficiente para cobertura das perdas prováveis durante todo o prazo da garantia prestada e são avaliadas periodicamente.

x) Uso de estimativas

A preparação das Demonstrações Financeiras Intermediárias requer que o Pine efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de certos ativos, passivos, receitas e despesas e outras transações, tais como valor de mercado de ativos e derivativos e provisão para perdas esperadas; determinação de prazo para realização dos créditos tributários; constituição e reversão de provisões para passivos contingentes, entre outras. Os valores reais podem diferir dessas estimativas.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Individual		Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Disponibilidades	174.030	82.328	174.563	83.328
Aplicações interfinanceiras de liquidez ⁽¹⁾	-	2.240	-	2.240
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	174.030	84.568	174.563	85.568

(1) Refere-se a operações cujo vencimento na data efetiva da aplicação foi igual ou inferior a 90 dias.

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, as aplicações interfinanceiras de liquidez são compostas conforme abaixo:

Papel/Vencimento	Individual e Consolidado		
	30/09/2020		31/12/2019
	De 3 a 12 meses	Total	Total
Aplicações em depósitos interfinanceiros			
Certificados de depósitos interfinanceiros - CDI Pós	1.045	1.045	-
Depósitos vinculados ao Crédito Rural	10.207	10.207	35.352
Total de aplicações em depósitos interfinanceiros	11.252	11.252	35.352
Total de aplicações interfinanceiras de liquidez	11.252	11.252	35.352

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Títulos e valores mobiliários

Em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 a carteira de títulos e valores mobiliários são compostas conforme abaixo:

	30/09/2020						30/09/2020		31/12/2019		Individual
	Valor de Mercado/Contábil						Total		Total		31/12/2019
	Sem Vencimento	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total	Valor de Curva	Marcação a Mercado	Valor de Mercado/Contábil	Valor de Curva	Marcação a Mercado
Títulos disponíveis para venda											
Títulos Públicos	-	-	593.666	1.071.231	601.279	2.266.176	2.299.088	(32.912)	2.102.627	2.104.587	(1.960)
LFT	-	-	356.310	731.659	-	1.087.969	1.095.599	(7.630)	1.154.970	1.154.518	452
LTN	-	-	237.356	107.852	-	345.208	349.202	(3.994)	163.065	165.182	(2.117)
NTN	-	-	-	231.720	601.279	832.999	854.287	(21.288)	784.592	784.887	(295)
Títulos Privados	-	18.475	5.750	34.396	93.036	151.657	147.963	3.694	159.485	154.964	4.521
Debêntures ⁽¹⁾	-	18.475	5.750	34.396	91.259	149.880	147.200	2.680	157.451	154.025	3.426
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	-	-	-	1.777	1.777	763	1.014	2.034	939	1.095
Total de títulos disponíveis para venda	-	18.475	599.416	1.105.627	694.315	2.417.833	2.447.051	(29.218)	2.262.112	2.259.551	2.561
Títulos para negociação ⁽²⁾											
Títulos Públicos	-	1.044	4	52.566	207.407	261.021	262.980	(1.959)	646.873	645.906	967
NTN	-	1.044	4	8.210	317	9.575	8.711	864	9.696	8.763	933
LFT	-	-	-	44.356	207.090	251.446	254.269	(2.823)	637.177	637.143	34
Títulos Privados	352	-	-	-	-	352	352	-	1.434	1.370	64
Ações de companhias abertas	352	-	-	-	-	352	352	-	1.434	1.370	64
Total de títulos para negociação	352	1.044	4	52.566	207.407	261.373	263.332	(1.959)	648.307	647.276	1.031
Títulos Mantidos até o Vencimento											
Títulos Públicos	-	-	-	552.992	1.135.413	1.688.405	1.688.405	-	-	-	-
LTN	-	-	-	167.539	-	167.539	167.539	-	-	-	-
NTN	-	-	-	385.453	1.135.413	1.520.866	1.520.866	-	-	-	-
Total de Tit. Mantidos até o Vencimento	-	-	-	552.992	1.135.413	1.688.405	1.688.405	-	-	-	-
Total de Títulos	352	19.519	599.420	1.711.185	2.037.135	4.367.611	4.398.788	(31.177)	2.910.419	2.906.827	3.592

	Consolidado										
	30/09/2020						31/12/2019				
	Valor de Mercado/Contábil						Total	Valor de Mercado/Contábil		Total	
Sem Vencimento	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total	Valor de Curva	Marcação a Mercado	Valor de Mercado/Contábil	Valor de Curva	Marcação a Mercado	
Títulos disponíveis para venda											
Títulos Públicos	-	-	593.666	1.071.231	601.279	2.266.176	2.299.088	(32.912)	2.102.627	2.104.587	(1.960)
LFT	-	-	356.310	731.659	-	1.087.969	1.095.599	(7.630)	1.154.970	1.154.518	452
LTN	-	-	237.356	107.852	-	345.208	349.202	(3.994)	163.065	165.182	(2.117)
NTN	-	-	-	231.720	601.279	832.999	854.287	(21.288)	784.592	784.887	(295)
Títulos Privados	-	18.475	5.750	34.396	93.036	151.657	147.963	3.694	161.960	154.964	6.996
Debêntures ⁽¹⁾	-	18.475	5.750	34.396	91.259	149.880	147.200	2.680	157.451	154.025	3.426
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	-	-	-	1.777	1.777	763	1.014	4.509	939	3.570
Total de títulos disponíveis para venda	-	18.475	599.416	1.105.627	694.315	2.417.833	2.447.051	(29.218)	2.264.587	2.259.551	5.036
Títulos para negociação ⁽²⁾											
Títulos Públicos	-	1.044	4	52.566	207.407	261.021	262.980	(1.959)	646.873	645.906	967
NTN	-	1.044	4	8.210	317	9.575	8.711	864	9.696	8.763	933
LFT	-	-	-	44.356	207.090	251.446	254.269	(2.823)	637.177	637.143	34
Títulos Privados	352	-	-	-	-	352	352	-	1.434	1.434	-
Ações de companhias abertas	352	-	-	-	-	352	352	-	1.434	1.434	-
Total de títulos para negociação	352	1.044	4	52.566	207.407	261.373	263.332	(1.959)	648.307	647.340	967
Títulos Mantidos até o Vencimento											
Títulos Públicos	-	-	-	552.992	1.135.413	1.688.405	1.688.405	-	-	-	-
LTN	-	-	-	167.539	-	167.539	167.539	-	-	-	-
NTN	-	-	-	385.453	1.135.413	1.520.866	1.520.866	-	-	-	-
Total de Tit. Mantidos até o Vencimento	-	-	-	552.992	1.135.413	1.688.405	1.688.405	-	-	-	-
Total de Títulos	352	19.519	599.420	1.711.185	2.037.135	4.367.611	4.398.788	(31.177)	2.912.894	2.906.891	6.003

(1) Em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, as condições e expectativas consideradas na avaliação de certos títulos disponíveis para venda não se concretizaram, em consequência, os montantes de R\$5.834 e R\$39.601, respectivamente, foram reconhecidos no resultado, na conta de Resultado de Operações com Títulos de Valores Mobiliários.

(2) Os títulos classificados na categoria "para negociação" estão demonstrados pelo prazo do título.

Em 31 de dezembro de 2019 não havia títulos na categoria 'mantidos até o vencimento'.

Conforme estabelecido no artigo 5º da Circular Bacen nº 3.068/08, a reavaliação quanto à classificação de títulos e valores mobiliários só pode ser efetuada por ocasião dos balancetes semestrais. Em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, não houve reclassificação de categoria.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários registrados na categoria "disponíveis para venda" e "para negociação" foi apurado com base em preços e taxas praticados em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, divulgados pela Anbima - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão e pelas Agências Internacionais de Informações, quando disponíveis ou por metodologia própria que considera a utilização mais ampla possível de dados observáveis. Em 30 de setembro de 2020, a marcação a mercado dos títulos registrados na categoria "disponíveis para venda" possui um ajuste negativo acumulado no montante de R\$16.070, registrados no patrimônio líquido do Pine, no Individual e no Consolidado, líquidos dos efeitos tributários (ajuste positivo acumulado de R\$1.409 no Individual e no Consolidado em 31 de dezembro de 2019). A marcação a mercado dos títulos registrados na categoria "para negociação" resultou em um ajuste negativo no montante de R\$1.959 no Individual e no Consolidado (ajuste positivo no montante de R\$967 no Individual e no Consolidado em 31 de dezembro 2019) no resultado.

b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	Individual				Consolidado			
	3T20	30/09/2020	3T19	30/09/2019	3T20	30/09/2020	3T19	30/09/2019
Rendas de operações com títulos de renda fixa	56.928	194.453	56.156	159.627	56.928	194.471	56.208	159.710
Despesas de operações com títulos de renda fixa	(4.387)	(12.172)	(838)	(38.033)	(4.387)	(12.172)	(838)	(38.033)
Resultado de operações com títulos de renda variável	18	81	214	2.738	18	81	130	2.654
Total	52.559	182.362	55.532	124.332	52.559	182.380	55.500	124.331

c) Instrumentos financeiros derivativos

i) Política de utilização

O crescente nível de sofisticação das empresas em um mercado globalizado, ocasionou um aumento na demanda por instrumentos financeiros derivativos para administrar riscos de mercado dos seus balanços, resultantes basicamente de flutuações em taxas de juros, câmbio, commodities e demais preços de ativos. Desta forma, o Pine oferece alternativas de mitigação de riscos de mercado aos seus clientes, através de instrumentos adequados, bem como para atender às suas próprias necessidades no gerenciamento destes riscos.

ii) Gerenciamento

O controle de gerenciamento de risco das carteiras é efetuado utilizando-se de metodologias, tais como: VaR, Sensibilidade, Risco de Crédito e Cenários de stress. Com base nessas informações, a tesouraria providencia os instrumentos financeiros derivativos necessários, de acordo com a política de riscos de mercado e crédito previamente definidas pelo Pine. As operações de derivativos efetuadas pelo Pine junto a clientes são neutralizadas de modo a eliminar os riscos de mercado.

A comercialização de instrumentos financeiros derivativos junto a clientes é precedida da aprovação de limites de crédito. O processo de aprovação dos limites também leva em consideração potenciais cenários de stress.

O conhecimento do cliente, do setor em que atua e do seu perfil de apetite a riscos, assim como a prestação de informações sobre os riscos envolvidos na operação e sobre as condições negociadas, asseguram a transparência na relação entre as partes e permitem que se ofereça ao cliente o produto mais adequado às suas necessidades.

A maior parte dos contratos de derivativos negociados pela instituição com clientes no Brasil refere-se a operações de swap, termos, opções e futuros, registradas na B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão. No exterior, realizam-se operações com contratos derivativos de futuros, termos, opções, swap com registro principalmente nas Bolsas de Chicago, Nova York e Londres. Importante destacar que no exterior existem operações de balcão, mas seus riscos são baixos em relação ao total da instituição.

Como principais fatores de riscos de mercado monitorados pelo Pine, destacam-se os de natureza cambial, oscilação de taxa de juros local (Pré, TR, IGP-M, TJLP, IPCA), cupom cambial e commodities. O Pine vem atuando de forma conservadora, minimizando as exposições por fatores de risco bem como os descasamentos de prazo da carteira.

iii) Critérios de avaliação e mensuração, métodos e premissas utilizados na apuração do valor de mercado

Para a apuração do valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos, o Pine utiliza as taxas referenciais de mercado divulgadas principalmente pela B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão, Intercontinental Exchange - ICE e Bloomberg. Para derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, os preços justos são obtidos por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos. Nesta situação, encontram-se os derivativos de balcão, contratos a termos e títulos pouco líquidos.

iv) Valores registrados em contas patrimoniais e de compensação, segregados nas categorias indexador, contraparte, local de negociação, valores de referência, faixas de vencimento, valores de custo e de mercado

Em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, as posições dos instrumentos financeiros derivativos são as seguintes:

Instrumentos financeiros derivativos	Individual e Consolidado						
	30/09/2020			31/12/2019			
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	
ATIVO							
Swap - diferencial a receber		1.488	1.855.909	1.857.397	9.479	1.722.480	1.731.959
Contratos a termo - a receber		264.556	21.838	286.394	40.874	871	41.745
Prêmios de opções a exercer		18.153	-	18.153	-	-	-
Total a receber		284.197	1.877.747	2.161.944	50.353	1.723.351	1.773.704
PASSIVO							
Swap - diferencial a pagar		(2.955)	(2.116.120)	(2.119.075)	(7.049)	(2.002.958)	(2.010.007)
Contratos a termo - a pagar		(27.578)	(74)	(27.652)	(32.575)	(1.257)	(33.832)
Prêmios de opções lançadas		(4.980)	-	(4.980)	(229)	-	(229)
Total a pagar		(35.513)	(2.116.194)	(2.151.707)	(39.853)	(2.004.215)	(2.044.068)
Valor líquido		248.684	(238.447)	10.237	10.500	(280.864)	(270.364)

v) Instrumentos financeiros derivativos por indexador

	Individual e Consolidado							
	30/09/2020				31/12/2019			
	Valor de Referência	Valor a Receber	Valor a Pagar	Resultado/ Patrimônio líquido	Valor de Referência	Valor a Receber	Valor a Pagar	Resultado/ Patrimônio líquido
Swap								
Risco de mercado								
Posição ativa:	4.350.755	1.832.063	-	4.458.992	1.716.610	-	-	-
Juros	4.274.349	1.762.862	-	4.351.815	1.672.357	-	-	-
Moeda	76.406	69.201	-	107.177	44.253	-	-	-
Posição passiva:	4.350.755	-	(2.119.075)	4.458.992	-	(2.010.007)	-	-
Juros	4.275.598	-	(2.094.564)	4.313.005	-	(2.002.635)	-	-
Moeda	75.157	-	(24.511)	145.987	-	(7.372)	-	-
Valor líquido		1.832.063	(2.119.075)	4.512	1.716.610	(2.010.007)	-	(82.742)
Hedge Accounting								
Fluxo de Caixa ⁽¹⁾								
Posição ativa:	20.611	25.334	-	34.092	15.349	-	-	-
Juros	-	-	-	10.536	3.309	-	-	-
Moeda	20.611	25.334	-	23.556	12.040	-	-	-
Posição passiva:	20.611	-	-	34.092	-	-	-	-
Juros	-	-	-	34.092	-	-	-	-
Moeda	20.611	-	-	-	-	-	-	-
Valor líquido		25.334	-	11.434	15.349	-	-	(4.125)
Valor líquido de Swap		1.857.397	(2.119.075)	15.946	1.731.959	(2.010.007)	-	(86.867)
Contratos a termo								
Posição ativa:	3.216.943	286.394	-	2.485.686	41.745	-	-	-
Juros	1.164.022	28.347	-	630.670	16.276	-	-	-
Moeda	2.026.030	256.017	-	1.846.608	24.908	-	-	-
Commodities	26.891	2.030	-	8.408	561	-	-	-
Posição passiva:	3.216.943	-	(27.652)	2.485.686	-	(33.832)	-	-
Juros	2.052.921	-	(798)	1.855.016	-	(32.772)	-	-
Moeda	1.126.181	-	(26.854)	630.670	-	(1.060)	-	-
Commodities	37.841	-	-	-	-	-	-	-
Valor líquido		286.394	(27.652)	517.203	41.745	(33.832)	-	(25.048)

Opções							
Prêmios de opções a exercer	-	18.153	-	-	-	-	-
Juros	-	-	-	-	-	-	-
Moeda	-	18.153	-	-	-	-	-
Commodities	-	-	-	-	-	-	-
Prêmios de opções lançadas	167.500	-	(4.980)	21.000	-	(229)	-
Juros	167.500	-	(2.703)	-	-	-	-
Moeda	-	-	(2.277)	21.000	-	(229)	-
Valor líquido	-	18.153	(4.980)	10.684	-	(229)	12.238

Total a receber (pagar) e ganho (perda) 2.161.944 (2.151.707) 543.833 1.773.704 (2.044.068) (99.677)

(1) Em 30 de setembro de 2020, o valor de R\$354 negativo (R\$3.144 negativo em 31 de dezembro de 2019) refere-se ao MTM do hedge fluxo de caixa reconhecido no Patrimônio Líquido.

vi) Instrumentos financeiros derivativos - contratos de futuros

	30/09/2020				Individual e Consolidado 31/12/2019			
	Valor de Referência		Ajuste diário a Receber (pagar)	Resultado	Valor de Referência		Ajuste diário a Receber (pagar)	Resultado
	Compra	Venda			Compra	Venda		
Mercado interfinanceiro	1.391.588	2.447.335	3.326	(682.376)	1.528.686	1.563.965	1.789	90.385
Moeda	-	2.625.543	625	-	-	1.755.340	10.853	-
Cupom cambial futuro	859.403	858.184	140	-	943.800	945.460	277	-
Commodities	39.443	110.985	5	-	-	8.787	-	-
Total	2.290.434	6.042.047	4.096	(682.376)	2.472.486	4.273.552	12.919	90.385

vii) Instrumentos financeiros derivativos por vencimento

Valor de referência - Compensação	30/09/2020					Individual e Consolidado 31/12/2019	
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total	Total
	Swap	73.996	4.298	77.814	1.820.230	2.395.028	4.371.366
Contratos a termo	2.460.147	637.838	118.958	-	-	3.216.943	2.485.686
Opções	116.500	51.000	-	-	-	167.500	21.000
Futuros	6.156.891	1.117.502	355.865	207.791	494.432	8.332.481	6.746.038
Total	8.807.534	1.810.638	552.637	2.028.021	2.889.460	16.088.290	13.745.808

viii) Instrumentos financeiros derivativos por local de negociação

Em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, as operações de swap, contratos a termo e opções, cujo valores de referência encontram-se registrados em conta de compensação, estão compostas conforme abaixo:

Custodiante	30/09/2020				Individual e Consolidado 31/12/2019			
	Swaps	Contratos a termo	Opções	Futuros	Swaps	Contratos a termo	Opções	Futuros
Bolsa	-	-	-	8.332.481	-	-	21.000	6.746.038
B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão	-	-	-	8.142.615	-	-	21.000	6.728.158
Bolsas no exterior	-	-	-	189.866	-	-	-	17.880
Balcão	4.371.366	3.216.943	167.500	-	4.493.084	2.485.686	-	-
Instituições Financeiras	2.830.755	-	167.500	-	2.799.377	-	-	-
Empresas	1.540.611	3.216.943	-	-	1.693.707	2.485.686	-	-
Total	4.371.366	3.216.943	167.500	8.332.481	4.493.084	2.485.686	21.000	6.746.038

ix) Valor e tipo de margem dados em garantia

O montante de margem depositado em garantia para operações com instrumentos financeiros derivativos em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 tem a seguinte composição:

Título	Individual e Consolidado Valor de Mercado	
	30/09/2020	31/12/2019
LFT - Letra financeira do tesouro	512.719	572.731
NTN - Nota do tesouro nacional	-	24.116
Total	512.719	596.847

x) Hedge Accounting

x.a) Hedge de Fluxo de Caixa

A efetividade apurada para a carteira de hedge está em conformidade com o estabelecido na Circular Bacen nº 3.082, de 30/01/2002.

O objetivo do relacionamento deste hedge é reduzir as exposições da captação em moeda estrangeira e em taxas de juros (Libor, Cupom de UF e UF) e transformá-la em moeda nacional com taxa de juros pré-fixada, protegendo os fluxos de caixa de pagamento de juros da dívida (USD e CLP) e tornando o fluxo de caixa constante.

Em 30 de setembro de 2020, foi lançado ao patrimônio líquido no valor negativo de R\$354 (R\$3.144 em 31 de dezembro de 2019), decorrentes de marcação a mercado de instrumentos de hedge (swaps) em operações de hedge accounting de fluxo de caixa e no valor positivo de R\$349 (R\$3.149 em 31 de dezembro de 2019), decorrentes de marcação a mercado do objeto do hedge. Não houve parcela inefetiva em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

Instrumento de Hedge	30/09/2020				Individual e Consolidado 31/12/2019			
	Valor de Referência	Valor de Curva	Valor de Mercado	Ajuste a Mercado	Valor de Referência	Valor de Curva	Valor de Mercado	Ajuste a Mercado
Contratos de swap (ponta ativa)	20.611	47.260	46.906	(354)	39.143	63.751	60.553	(3.144)
Total	20.611	47.260	46.906	(354)	39.143	63.751	60.553	(3.144)
Objeto de Hedge								
Repasses do exterior	20.611	47.398	47.049	349	39.143	53.044	49.895	3.149
Total	20.611	47.398	47.049	349	39.143	53.044	49.895	3.149

7. CARTEIRA DE CRÉDITO, GARANTIAS PRESTADAS E TÍTULOS COM RISCO DE CRÉDITO

Em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, as informações da carteira de operações de crédito expandida, estão sumarizadas conforme abaixo:

a) Por tipo de operação

Descrição	Individual e Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019
Capital de giro	1.808.430	1.796.287
Resolução CMN nº 3.844	53.051	45.018
Conta corrente garantida	109.803	103.413
Repasse de instituições oficiais do Brasil	36.716	41.761
Financiamento em moeda estrangeira	12.357	9.308
Financiamentos a exportação	366.597	446.149
Títulos descontados	280.401	564.984
Subtotal de operações de crédito	2.667.355	3.006.920
Devedores por compra de valores e bens ⁽¹⁾	243.803	258.045
Adiantamento sobre contratos de câmbio e rendas a receber ⁽²⁾	331.688	242.083
Avais e Fianças Honradas	88.470	-
Carteira de crédito	3.331.316	3.507.048
Créditos abertos para importação	13.393	12.127
Garantias prestadas	466.507	629.316
Garantias prestadas e responsabilidades	479.900	641.443
Títulos Privados ⁽³⁾	151.657	159.485
Títulos com risco de crédito	151.657	159.485
Total carteira expandida	3.962.873	4.307.976

(1) Registrados em "Outros créditos - Diversos" (Nota 9.a).

(2) Registrados em "carteira de câmbio" (Nota 8).

(3) Representados, principalmente, por debêntures e certificados de recebíveis, compostos na carteira do Pine (Nota 6.a).

b) Por vencimento

Prazo	Individual e Consolidado					
	30/09/2020			31/12/2019		
	A Vencer	Vencidos	Total	A Vencer	Vencidos	Total
Até 3 meses	697.868	53.774	751.642	869.114	100.948	970.062
De 3 a 12 meses	1.179.831	5.842	1.185.673	1.384.888	87.001	1.471.889
De 1 a 3 anos	1.086.522	-	1.086.522	762.296	-	762.296
De 3 a 5 anos	198.338	-	198.338	157.332	-	157.332
De 5 a 15 anos	109.141	-	109.141	145.469	-	145.469
Total carteira de crédito	3.271.700	59.616	3.331.316	3.319.099	187.949	3.507.048
Até 3 meses	70.656	-	70.656	133.090	1.590	134.680
De 3 a 12 meses	121.809	-	121.809	86.047	-	86.047
De 1 a 3 anos	188.350	-	188.350	209.621	-	209.621
De 3 a 5 anos	95.199	-	95.199	203.795	-	203.795
De 5 a 15 anos	3.886	-	3.886	7.300	-	7.300
Total garantias prestadas e responsabilidades	479.900	-	479.900	639.853	1.590	641.443
De 3 a 12 meses	2.711	-	2.711	16.584	-	16.584
De 1 a 3 anos	21.514	-	21.514	16.875	-	16.875
De 3 a 5 anos	34.396	-	34.396	32.706	-	32.706
De 5 a 15 anos	70.494	-	70.494	70.918	-	70.918
Acima de 15 anos	22.542	-	22.542	22.402	-	22.402
Total títulos com risco de crédito	151.657	-	151.657	159.485	-	159.485
Total carteira expandida	3.903.257	59.616	3.962.873	4.118.437	189.539	4.307.976

c) Por ramo de atividade

	Individual e Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019
Açúcar e Alcool	344.859	380.154
Automotivo Leve e Peças	50.444	58.144
Bélico	90.328	76.871
Comércio Varejista em Geral	180.587	204.571
Concessão Pública de Energia	25.236	31.425
Concessão Pública (exceto de energia)	133.545	92.948
Cooperativa	125.640	98.096
Distribuidor de Alimentos e Bebidas	38.183	40.221
Engenharia e Construção (Infraestrutura)	198.424	183.768
Entretenimento, Lazer e Turismo	279	197
Fertilizantes, Defensivos e Insumos Agrícolas	40.612	15.572
Fios e Cabos Elétricos	4.066	6.773
Frigorífico, Abatedouro e Processamento de Carne	86.885	67.513
Imobiliário	619.648	792.346
Ind e Coml de Máquinas e Equipamentos Não Pesados/Agrícolas e Eletrônicos	18.514	97.996
Ind e Coml de Máquinas e Equipamentos Pesados/Agrícolas	84.322	30.303
Indústria de Alimentos e Bebidas	80.708	81.125
Indústria de Materiais de Construção e Decoração	75.143	86.918
Indústria Linha Branca e Marrom	7.546	16.759
Indústria Outros Não Especificados	43.193	29.410
Indústria Têxtil, Calçado e Curtume	69.892	88.759
Instituição Financeira	27.331	22.532
Instituição Não Financeira / Fundo de Investimento	517	3.030
Logística e Transporte	260.500	293.863
Mineração	1.102	1.779
Papel, Celulose e Embalagem	82.034	32.184
Pessoa Física Não Produtora Agrícola	57.158	54.971
Plástico, Borracha, Embalagem e Brinquedos	50.355	41.536
Produtor Agrícola	313.973	214.615
Produtos e Serviços Médicos, Hospitalares, Farmacêuticos e Cosméticos	33.411	49.192
Publicidade, Propaganda, Comunicação e Gráfica	25.561	29.661
Químico e Petroquímico	136.870	114.162
Serviços e Outros	153.528	142.421
Siderurgia, Metalurgia, Fundição e Mecânica	60.574	81.244
Telecom, TI, Informática e Eletroeletrônica	114.532	180.213
Trading Agrícola	94.176	67.972
Trading Não Agrícola	62.715	57.018
Outros	170.482	441.714
Total da carteira expandida	3.962.873	4.307.976

d) Carteira de crédito por nível de risco e provisionamento

Nível	30/09/2020				Individual e Consolidado			
	A Vencer	Vencidos	Total	Provisão	31/12/2019			
					A Vencer	Vencidos	Total	Provisão
AA	325.412	-	325.412	-	436.951	-	436.951	-
A	633.400	-	633.400	3.167	735.557	-	735.557	3.678
B	967.273	25.388	992.661	9.927	998.351	19	998.370	9.984
C	921.957	7.530	929.487	27.885	765.945	22.471	788.416	23.652
D	147.790	1.594	149.384	14.938	82.684	10.944	93.628	9.363
E	66.618	3.101	69.719	20.916	54.336	1.282	55.618	16.685
F	30.041	2.366	32.407	16.203	2.173	3.162	5.335	2.667
G	120.828	269	121.097	98.395	139.341	63	139.404	129.087
H	58.381	19.368	77.749	77.749	102.171	151.598	253.769	253.769
Total	3.271.700	59.616	3.331.316	269.180	3.317.509	189.539	3.507.048	448.885

Em 30 de setembro de 2020, considerando o cenário econômico, as dificuldades na negociação de créditos e as incertezas indicadas na possível recuperação econômica, foi estabelecido o valor de R\$13.629 de provisão, considerado satisfatório pela Administração e superior aos mínimos requeridos pela Resolução CMN nº 2.682/99.

e) Por nível de concentração do total da carteira expandida do Pine

Maiores devedores	Individual e Consolidado			
	30/09/2020		31/12/2019	
	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira
Maior devedor	91.548	2,31	120.092	2,79
2º ao 10º	703.622	17,76	726.718	16,87
11º ao 20º	485.047	12,24	459.902	10,68
21º ao 50º	773.835	19,53	739.530	17,17
51º ao 100º	624.816	15,77	662.897	15,39
Demais devedores	1.284.005	32,39	1.598.837	37,10
Total carteira expandida	3.962.873	100	4.307.976	100,00

f) Concentração do total da carteira expandida, por setor de atividade

	Individual e Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019
Indústria	1.652.694	1.727.168
Comércio	669.109	614.458
Intermediação financeira	21.747	22.412
Outros serviços	1.471.361	1.782.369
Pessoas físicas	147.962	161.569
Total carteira expandida	3.962.873	4.307.976

g) Movimentação da provisão para perdas esperadas, conforme Resolução CMN nº 2.682/99

	Individual e Consolidado	
	30/09/2020	30/09/2019
Saldo inicial	448.885	388.112
Constituição/(Reversão)	(47.656)	(37.820)
Baixas para prejuízo	(132.049)	(3.755)
Saldo final	269.180	346.537

h) Recuperação de crédito

Em 30 de setembro de 2020, foram recuperados créditos anteriormente baixados como prejuízo no montante de R\$2.616 (R\$2.318 em 31 de dezembro de 2019).

i) Renegociação de contratos

Em 30 de setembro de 2020 existiam contratos renegociados no valor de R\$545.603 (R\$476.872 em 31 de dezembro de 2019). Para estes contratos foram atribuídos os mesmos ratings das operações anteriormente às renegociações.

j) Operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios

Durante o período findo em 30 de setembro de 2020 foram realizadas operações de cessões de crédito sem coobrigação para empresas não ligadas ao Pine no valor de R\$4.000. Essas cessões resultaram em prejuízo líquido em relação ao valor de face no valor de R\$27.438, não descontado a provisão no valor de R\$31.266. Os resultados nas cessões estão registrados na rubrica "Outras Despesas Operacionais". Em 30 de setembro de 2019, não houve operações de cessões de crédito sem coobrigação. Adicionalmente, foram cedidos contratos anteriormente baixados como prejuízo no período findo em 30 de setembro de 2020 no valor de R\$18.970 (R\$27.378 em 30 de setembro de 2019), essas cessões geraram um ganho no valor de R\$3.400 (R\$100 em 30 de setembro de 2019) registrados na rubrica "Operações de Crédito".

8. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

	Individual		Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Avais e fianças honradas	88.470	-	88.470	-
Carteira de câmbio (Nota 8.a)	415.091	266.007	415.091	266.007
Devedores por depósito em garantia (Nota 15.b)	63.935	57.783	66.214	60.006
Diversos (Nota 8.b)	325.875	332.291	812.449	819.055
Negociação e Intermediação de Valores	86.853	76.764	86.853	76.764
Rendas a receber	22.604	32.650	23.156	32.916
Relações interfinanceiras	8.926	2.239	8.926	2.239
Total	1.011.754	767.734	1.501.159	1.256.987
Circulante	675.430	412.055	680.665	415.018
Não Circulante	336.324	355.679	820.494	841.969

a) Carteira de Câmbio

	Individual e Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019
Ativo		
Câmbio comprado a liquidar	386.046	243.583
Direitos sobre venda de câmbio	13.245	6.301
Rendas a receber	18.364	16.123
Adiantamento em moeda nacional recebidos	(2.564)	-
Total	415.091	266.007
Circulante	415.091	266.007
Passivo		
Câmbio vendido a liquidar	13.453	6.274
Obrigações por compra de câmbio	321.424	230.461
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	(313.324)	(225.960)
Total	21.553	10.775
Circulante	21.553	10.775

b) Diversos

	Individual		Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Adiantamentos e antecipações salariais	1.488	276	1.488	276
Adiantamentos para pagamento por nossa conta	147	332	147	420
Adiantamentos por conta de imobilizações	5.361	1.274	6.115	1.482
Devedores por compra de valores e bens ⁽¹⁾	243.803	258.045	243.803	258.045
Imposto de renda a compensar	68.945	71.648	70.746	73.813
Valores a receber de sociedade ligadas	5	22	-	-
Títulos e créditos a receber	-	-	479.337	478.541
Devedores diversos - País e exterior	6.126	694	10.813	6.478
Total	325.875	332.291	812.449	819.055
Circulante	64.398	54.017	69.081	56.980
Não Circulante	261.477	278.274	743.368	762.075

(1) Refere-se a venda a prazo de Bens Não de Uso Próprio.

9. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E OBRIGAÇÕES FISCAIS DIFERIDAS

a) Créditos Tributários

Com base na Resolução nº CMN 4.720/19 e a Circular Bacen nº 3.959/19, os Créditos Tributários devem ser apresentados integralmente no longo prazo, para fins de balanço. O saldo comparativo de 31 de dezembro de 2019 foi reclassificado para manter a comparabilidade.

Em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas de imposto de renda e contribuição social, estão compostos conforme abaixo:

	30/09/2020			Individual		
	IRPJ	CSLL	Total	31/12/2019		
				IRPJ	CSLL	Total
Provisão para perdas esperadas	101.485	81.188	182.673	144.931	115.945	260.876
Ajuste de títulos disponíveis para venda	-	-	-	695	556	1.251
Créditos baixados para prejuízo	105.233	84.187	189.420	72.839	58.272	131.111
Provisão para riscos fiscais e passivos contingentes	92	74	166	3.777	3.021	6.798
Provisão para participações nos lucros	-	-	-	4.069	3.254	7.323
MTM <i>hedge</i> de fluxo de caixa	-	-	-	786	629	1.415
Prejuízo fiscal/base negativa	194.299	155.309	349.608	144.681	115.594	260.275
Provisão Resolução CMN nº 3.921	-	-	-	3.261	2.608	5.869
MTM Derivativos	3.946	3.157	7.103	125.957	100.766	226.723
Crédito Presumido - MP 992	255.885	-	255.885	-	-	-
Outras provisões	3.738	2.991	6.729	2.937	2.349	5.286
Total	664.678	326.906	991.584	503.933	402.994	906.927

	30/09/2020			Consolidado		
	IRPJ	CSLL	Total	31/12/2019		
				IRPJ	CSLL	Total
Provisão para perdas esperadas	103.736	81.998	185.734	144.931	115.945	260.876
Ajuste de títulos disponíveis para venda	-	-	-	695	556	1.251
Créditos baixados para prejuízo	105.233	84.187	189.420	72.839	58.272	131.111
Provisão para riscos fiscais e passivos contingentes	92	74	166	3.777	3.021	6.798
Provisão para participações nos lucros	-	-	-	4.069	3.254	7.323
MTM <i>hedge</i> de fluxo de caixa	-	-	-	786	629	1.415
Prejuízo fiscal/base negativa	194.299	155.309	349.608	144.681	115.594	260.275
Provisão Resolução CMN nº 3.921	-	-	-	3.261	2.608	5.869
MTM Derivativos	3.946	3.157	7.103	3.711	2.628	6.339
Crédito Presumido - MP 992	255.885	-	255.885	-	-	-
Outras provisões	3.738	2.991	6.729	125.957	100.766	226.723
Total	666.929	327.716	994.645	504.707	403.273	907.980

b) Obrigações Fiscais Diferidas

	30/09/2020			Individual		
	IRPJ	CSLL	Total	31/12/2019		
				IRPJ	CSLL	Total
Atualização monetária de depósitos judiciais	1.988	1.590	3.578	1.812	1.449	3.261
Ajuste de títulos para negociação	614	491	1.105	829	663	1.492
Ajuste de títulos disponíveis para venda	923	739	1.662	1.336	1.068	2.404
Mercado futuro - Lei nº 11.196	5.585	4.468	10.053	12.226	9.780	22.006
MTM Derivativos	83.472	66.776	150.248	86.831	69.464	156.295
Crédito Presumido - MP 992	55.562	-	55.562	-	-	-
MTM <i>hedge</i> de fluxo de caixa	87	70	157	787	630	1.417
Total (Nota 16.a)	148.231	74.134	222.365	103.821	83.054	186.875

	30/09/2020			Consolidado		
	IRPJ	CSLL	Total	31/12/2019		
				IRPJ	CSLL	Total
Atualização monetária de depósitos judiciais	2.082	1.645	3.727	1.894	1.499	3.393
Ajuste de títulos para negociação	614	491	1.105	829	663	1.492
Ajuste de títulos disponíveis para venda	923	739	1.662	1.336	1.068	2.404
Mercado futuro - Lei nº 11.196	5.585	4.468	10.053	12.226	9.781	22.007
MTM Derivativos	83.472	66.776	150.248	86.831	69.464	156.295
Crédito Presumido - MP 992	55.562	-	55.562	-	-	-
MTM <i>hedge</i> de fluxo de caixa	87	70	157	787	630	1.417
Total (Nota 16.a)	148.325	74.189	222.514	103.903	83.105	187.008

c) Movimentação dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas

Créditos tributários	Individual		Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Saldo inicial	906.927	559.023	907.980	559.023
Constituição	136.137	358.177	150.558	358.177
Reversão	(51.480)	(10.273)	(63.893)	(9.220)
Saldo final	991.584	906.927	994.645	907.980

Obrigações fiscais diferidas	Individual		Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Saldo inicial	186.875	16.707	187.008	16.802
Constituição	148.360	171.862	149.653	171.900
Reversão	(112.870)	(1.694)	(114.147)	(1.694)
Saldo final	222.365	186.875	222.514	187.008

d) Expectativa de realização dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas

Créditos tributários	Individual				30/09/2020 Consolidado			
	IRPJ	CSLL	Total	Valor Presente	IRPJ	CSLL	Total	Valor Presente
	Até 1 ano	139.445	111.544	250.989	245.234	139.445	111.544	250.989
De 1 a 2 anos	21.055	16.844	37.899	36.236	23.306	17.654	40.960	36.305
De 2 a 3 anos	6.829	5.463	12.292	11.443	6.829	5.463	12.292	11.443
De 3 a 4 anos	3.449	2.738	6.187	5.622	3.449	2.738	6.187	5.622
De 4 a 5 anos	18.506	14.805	33.311	29.418	18.506	14.805	33.311	29.418
De 5 a 8 anos	100.847	80.678	181.525	152.097	100.847	80.678	181.525	152.097
De 8 a 10 anos	374.547	94.834	469.381	375.621	374.547	94.834	469.381	375.621
Total	664.678	326.906	991.584	855.671	666.929	327.716	994.645	855.740

Obrigações fiscais diferidas	Individual			30/09/2020 Consolidado		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
	Até 1 ano	16.226	13.396	29.622	16.226	13.396
De 1 a 2 anos	1.459	1.083	2.542	1.553	1.138	2.691
De 2 a 3 anos	1.051	687	1.738	1.051	687	1.738
De 3 a 4 anos	257	430	687	257	430	687
De 4 a 5 anos	17.998	15.687	33.685	17.998	15.687	33.685
De 5 a 8 anos	53.689	41.261	94.950	53.689	41.261	94.950
De 8 a 10 anos	57.551	1.590	59.141	57.551	1.590	59.141
Total	148.231	74.134	222.365	148.325	74.189	222.514

10. INVESTIMENTOS

a) Participações em controladas e coligadas avaliadas ao Método de Equivalência Patrimonial

	30/09/2020						
	Participação %	Quantidade de ações/cotas possuídas	Patrimônio líquido		Resultado líquido do período	Valor do investimento	Resultado de participação em controladas
			Capital social	Patrimônio líquido			
Pine Planejamento e Serviços Ltda.	99,9900	9.999	10	657	3	657	3
Pine Investimentos DTVM Ltda.	99,9998	892.299	13.384	15.391	587	15.486	587
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.	99,9998	499.999	500	1.102	1.015	1.609	1.015
Pine Entre Verdes Empreendimento Imobiliário	99,9999	500.796.649	500.797	505.223	(8.541)	501.528	(8.541)
Pine Corretora de Seguros Ltda.	99,9990	99.999	100	2.498	3.684	3.942	3.684
Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário	99,9900	52.199.999	52.200	51.782	(221)	51.689	(221)
Pine Ativos Imobiliários SPE Ltda.	99,9900	84.030.599	86.031	59.504	(24.150)	57.669	(24.150)
Total					(27.623)	632.580	(27.623)

	31/12/2019						
	Participação %	Quantidade de ações/cotas possuídas	Patrimônio líquido		Resultado líquido do exercício	Valor do investimento	Resultado de participação em controladas
			Capital social	Patrimônio líquido			
Pine Securities ⁽¹⁾	100,0000	-	-	-	(2.520)	-	(2.520)
Pine Planejamento e Serviços Ltda.	99,9900	9.999	10	654	7	654	14
Pine Investimentos DTVM Ltda.	99,9998	892.299	13.384	63.399	839	63.399	1.781
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.	99,9998	499.999	500	1.994	17	1.994	19
Pine Entre Verdes Empreendimento Imobiliário ⁽²⁾	99,9999	500.796.649	500.797	510.070	(6.059)	510.070	(6.881)
Pine Corretora de Seguros Ltda.	99,9990	99.999	100	8.348	4.150	8.348	7.117
Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário	99,9900	52.199.999	52.200	51.910	(287)	51.910	(283)
Pine Ativos Imobiliários SPE Ltda.	99,9900	84.030.599	86.031	81.819	(2.688)	81.819	(4.203)
Total					(6.541)	718.194	(4.956)

(1) Em 11 de janeiro de 2019, foi encerrada a Pine Securities.

(2) No primeiro trimestre de 2020 houve aporte de capital na Pine Entre Verdes, no montante de R\$51.797.

b) Outros Investimentos

O Pine é um dos acionistas Fundadores da Central de Registro de Títulos e Ativos S.A. (CERTA), sociedade por ações de capital fechado, em conjunto com outros bancos participantes, cujo aporte foi no montante de R\$474, não participante pelo método de equivalência patrimonial.

11. OUTROS ATIVOS

a) Bens Não de Uso Próprio

	Individual		Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
	Imóveis	417.927	439.614	505.784
Provisão para perdas	(10.215)	(7.195)	(18.108)	(7.195)
Outros	3.060	3.059	3.060	3.059
Total	410.772	435.478	490.736	565.761
Circulante	410.772	435.478	490.736	565.761

b) Despesas Antecipadas

	Individual		Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
	Prêmios de seguros	13.817	15.762	13.866
Aluguéis ⁽¹⁾	22.290	15.204	22.290	15.204
Gastos na emissão de títulos no Exterior	201	264	201	264
Outras	716	62	771	62
Total	37.024	31.292	37.128	31.344
Circulante	3.797	11.245	3.856	11.256
Não Circulante	33.227	20.047	33.272	20.088

(1) Em 30 de setembro de 2020, refere-se, substancialmente, a aquisição de direito de uso de camarotes e espaço do Allianz Parque.

12. IMOBILIZADO DE USO

Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear às seguintes taxas anuais: instalações, sistema de processamento de dados, e sistema de transporte, 20%, móveis e equipamentos de uso, sistema de comunicação e sistema de segurança, 10%. Tais taxas representam adequadamente a vida útil-econômica dos bens.

	Individual e Consolidado			
	30/09/2020		31/12/2019	
	Custo	Depreciação	Residual	Residual
Imobilizados de Uso				
Instalações, Moveis e Equipamentos de Uso	21.624	(13.868)	7.756	8.450
Outros Imobilizados de Uso				
Sistema de Segurança e Comunicação	1.989	(1.486)	503	424
Sistema de Processamento de Dados	2.278	(1.838)	440	647
Sistema de Transporte	230	(211)	19	54
Total	26.121	(17.403)	8.718	9.575

13. DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os recursos de instituições financeiras são compostos pelos depósitos, captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissões de títulos e obrigações por empréstimos e repasses

	Individual		Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Depósitos (Nota 13.a)	6.258.028	5.901.042	6.191.252	5.789.255
Captações no mercado aberto (Nota 13.b)	1.743.734	345.394	1.743.734	345.394
Recursos de aceites e emissão de títulos (Nota 13.c)	701.953	534.377	701.953	534.377
Obrigações por empréstimos e repasses (Nota 13.d)	74.875	122.914	74.875	122.914
Total	8.778.590	6.903.727	8.711.814	6.791.940
Circulante	4.584.761	3.029.561	4.553.720	2.903.050
Não Circulante	4.193.829	3.874.166	4.158.094	3.888.890

a) Depósitos

Composição por Vencimento	Individual e Consolidado					
	Individual			Consolidado		
	Depósitos à Vista	Depósitos a prazo	Interfinanceiros	Depósitos à Vista	Depósitos a prazo	Interfinanceiros
Sem vencimento	182.176	-	-	176.561	-	-
Até 30 dias	-	110.739	-	-	110.739	-
De 31 a 60 dias	-	86.508	-	-	86.508	-
De 61 a 90 dias	-	138.168	677	-	137.992	677
De 91 a 180 dias	-	322.188	13.309	-	322.188	13.309
De 181 a 360 dias	-	1.474.439	12.134	-	1.449.189	12.134
Acima de 360 dias	-	3.747.116	170.574	-	3.711.381	170.574
Total	182.176	5.879.158	196.694	176.561	5.817.997	196.694

Composição por Vencimento	Individual e Consolidado					
	Individual			Consolidado		
	Depósitos à Vista	Depósitos a prazo	Interfinanceiros	Depósitos à Vista	Depósitos a prazo	Interfinanceiros
Sem vencimento	90.281	-	-	81.081	-	-
Até 30 dias	-	238.384	1.006	-	238.385	1.006
De 31 a 60 dias	-	101.292	-	-	101.292	-
De 61 a 90 dias	-	61.168	-	-	61.168	-
De 91 a 180 dias	-	539.903	-	-	539.903	-
De 181 a 360 dias	-	992.052	66.043	-	874.740	66.043
Acima de 360 dias	-	3.810.913	-	-	3.825.637	-
Total	90.281	5.743.712	67.049	81.081	5.641.125	67.049

b) Captações no Mercado Aberto

	Individual e Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019
Carteira Própria		
LFT - letra financeira do tesouro	100.002	135.003
NTN - notas do tesouro nacional	1.541.642	90.002
Debêntures	102.090	120.389
Total	1.743.734	345.394
Circulante	1.743.734	345.394

c) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

	Individual e Consolidado				
	30/09/2020		31/12/2019		Total
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Total	
Letras de crédito imobiliário	2.797	47.490	69.422	119.709	260.879
Letras de crédito do agronegócio	93.986	63.124	142.559	299.669	262.645
Letras financeiras	672	272.555	9.348	282.575	10.853
Total	97.455	383.169	221.329	701.953	534.377

d) Obrigação por Empréstimos e Repasses

	Individual e Consolidado				
	30/09/2020		31/12/2019		Total
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Total	
Repasses do país - instituições oficiais	4.831	6.709	16.258	27.798	50.414
Operações de repasses do exterior	3.444	5.076	38.552	47.072	49.984
Operações de empréstimos no exterior	5	-	-	5	22.516
Total	8.280	11.785	54.810	74.875	122.914

14. DÍVIDA SUBORDINADA

			Individual e Consolidado	
	Valor	Taxa de juros	30/09/2020	31/12/2019
Letras Financeiras				
De 1 a 3 anos	16.500	100% do CDI	61.088	54.685
De 3 a 5 anos	60.190	130% do CDI	62.766	30.399
De 5 a 15 anos	13.800	134% do CDI	14.390	46.373
Total			138.244	131.457

15. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

			Individual e Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Provisão para passivos contingentes - fiscais (Nota 15.b)	369	369	369	369
Provisão para passivos contingentes - trabalhistas (Nota 15.b)	6.897	6.863	6.897	6.863
Provisão para passivos contingentes - cíveis (Nota 15.b)	6.331	7.875	6.331	7.875
Fianças Prestadas (Nota 21)	4.738	4.150	4.738	4.150
Total	18.335	19.257	18.335	19.257
Não Circulante	18.335	19.257	18.335	19.257

a) Ativos contingentes

Em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, não existiam ativos contingentes.

b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	Individual				Consolidado			
	Depósitos Judiciais		Provisão		Depósitos Judiciais		Provisão	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Contingências Fiscais e Obrigações Legais	49.386	48.797	369	369	51.665	51.020	369	369
Contingências Trabalhistas	4.952	2.762	6.897	6.863	4.952	2.762	6.897	6.863
Contingências Cíveis	9.597	6.224	6.331	7.875	9.597	6.224	6.331	7.875
Fianças Prestadas (Nota 21)	-	-	4.738	-	-	-	4.738	4.150
Total	63.935	57.783	18.335	19.257	66.214	60.006	18.335	19.257

O Pine e a Pine Investimentos obtiveram decisões favoráveis, transitadas em julgado, em relação às ações judiciais que questionavam o alargamento das bases de cálculo das contribuições devidas ao PIS e COFINS nos termos do disposto no artigo 30., §1o. da Lei nº 9.718/98, sendo que as provisões anteriormente constituídas em relação à essas ações, classificadas como Obrigações Legais, foram revertidas em exercícios anteriores.

Desde então, o Pine iniciou os procedimentos necessários para viabilizar o levantamento dos depósitos judiciais vinculados a essas ações. Em 30 de setembro de 2020, referente ao PIS, esses depósitos representavam R\$47.070 no Individual e R\$47.376 no Consolidado (R\$46.498 no Individual e R\$46.801 no Consolidado em 31 de dezembro de 2019). Em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, não haviam depósitos judiciais referentes à COFINS.

Adicionalmente, em 30 de setembro de 2020, os créditos fiscais a compensar, decorrentes de pagamentos efetuados a maior no curso dessas ações, representavam: (i) PIS: R\$0 no Individual e no Consolidado (R\$539 no Individual e no Consolidado em 31 de dezembro de 2019); e (ii) COFINS: R\$15.211 no Individual e no Consolidado (R\$17.617 no Individual e no Consolidado em 31 de dezembro de 2019).

Em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, não foram lavrados autos de infração em face do Pine e da Pine Investimentos.

c) Movimentação das provisões passivas

	Individual e Consolidado								
	30/09/2020				31/12/2019				
	Fiscais e obrigações legais		Trabalhistas		Cíveis		Total		
Saldo inicial	369	6.863	7.875	6.863	15.107	369	7.448	7.626	15.443
Constituição (reversão)	-	(589)	(1.746)	(2.335)	-	-	(929)	187	(742)
Atualização	-	623	202	825	-	-	344	62	406
Saldo final	369	6.897	6.331	13.597	369	6.863	7.875	7.875	15.107

d) Principais ações e processos cujas perdas foram consideradas como possíveis

Trabalhistas: Em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o Pine não possuía processos trabalhistas classificados como possíveis.

Cíveis: Em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o Pine não possuía processos cíveis classificados como possíveis.

Fiscais: Em 30 de setembro de 2020 o Pine possuía processos fiscais classificados como possíveis no valor de R\$184 no Individual e no Consolidado (R\$184 no Individual e no Consolidado em 31 de dezembro de 2019).

16. OUTROS PASSIVOS

	Individual		Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	80	646	80	646
Carteira de câmbio (Nota 8.a)	21.553	10.775	21.553	10.775
Credores diversos - país e exterior	15.111	20.565	19.658	34.802
Fiscais e previdenciárias (Nota 16.a)	225.424	190.964	228.072	194.251
Negociação e intermediação de valores	2.483	6.492	2.483	6.492
Resultado de exercícios futuros	22.176	33.894	22.176	33.894
Outras	11.954	25.092	12.022	25.278
Total	298.781	288.428	306.044	306.138
Circulante	69.047	60.762	74.785	78.278
Não Circulante	229.734	227.666	231.259	227.860

a) Fiscais e previdenciárias

	Individual		Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	192	268	197	272
Impostos e contribuições sobre salários	2.318	3.042	2.318	3.042
Impostos e contribuições sobre o lucro	-	-	1.491	2.176
ISS	217	171	239	171
IRRF	201	174	201	174
PIS e Cofins a recolher	131	434	234	510
PIS e Cofins compensado	-	-	-	898
Provisão para Pis e Cofins	-	-	878	-
Provisão para IR e CS diferidos (Nota 9.b)	222.365	186.875	222.514	187.008
Total	225.424	190.964	228.072	194.251
Circulante	32.681	13.305	33.804	16.461
Não Circulante	192.743	177.659	194.268	177.790

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Conforme Estatuto Social, em 30 de setembro de 2020, o capital social subscrito e integralizado totaliza R\$1.202.393 (R\$1.202.393 em 31 de dezembro de 2019) e está dividido em 148.157.764 ações nominativas, sendo 75.577.842 ordinárias e 72.579.922 preferenciais (148.157.764 em 31 de dezembro de 2019) sem valor nominal. O Pine fica autorizado a aumentar o seu capital social, independente de reforma estatutária, em até mais 100.000.000 de ações ordinárias ou preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, mediante deliberação do Conselho de Administração.

Conforme aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de dezembro de 2019 e homologado pelo Bacen em 26 de dezembro de 2019, foi deliberado o aumento de capital social de R\$1.112.259 para R\$1.202.393, com a emissão de 26.986.369 novas ações nominativas, sendo 10.399.359 ordinárias e 16.587.010 preferenciais.

Conforme deliberado em Reuniões do Conselho de Administração realizadas em 25 de outubro de 2019 e 26 de dezembro de 2019 e homologado pelo Bacen em 30 de dezembro de 2019, foi realizado o aumento de capital no valor de R\$90.133, com a emissão de 26.986.369 ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo 10.399.359 ordinárias e 16.587.010 preferenciais.

b) Reserva de lucros

A conta de reserva de lucros do Pine é composta por reserva legal e reserva estatutária. O saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social do Pine, e qualquer excedente deve ser capitalizado ou distribuído como dividendo. O Pine não possui outras reservas de lucros.

Reserva legal - Nos termos da Lei nº 11.638/07 e do estatuto social, o Pine deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado do Pine. Ademais, o Pine poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

Reserva estatutária - Nos termos da Lei nº 11.638/07, o Estatuto Social pode criar reservas, desde que determine a sua finalidade, o percentual dos lucros líquidos a ser destinado para essas reservas e o valor máximo a ser mantido em cada reserva estatutária. A destinação de recursos para tais reservas não pode ser aprovada em prejuízo do dividendo obrigatório. O saldo do lucro líquido do exercício será transferido para a conta Reservas de Lucros - Reservas Estatutárias ficando à disposição da Assembleia Geral que poderá mantê-la, até o limite de 95% do valor do capital social integralizado, visando a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas do Banco.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual, ajustado nos termos da legislação societária, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas.

Conforme Reuniões do Conselho de Administração realizadas, foi deliberado o não pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio no período findo em 30 de setembro de 2020.

d) Ajustes de avaliação patrimonial

	Individual e Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019
Ativos Financeiros Disponíveis para venda	(29.218)	2.561
Títulos e valores mobiliários	(29.218)	2.561
Hedge fluxo de caixa	(5)	5
Objeto do Hedge	349	3.149
Instrumento do Hedge	(354)	(3.144)
Outros	(1.239)	(3.921)
Efeito Tributário	13.708	609
Total	(16.754)	(746)

18. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

a) Operações de crédito

	Individual e Consolidado			
	3T20	30/09/2020	3T19	30/09/2019
Adiantamentos a depositantes	3.572	8.298	507	883
Rendas de empréstimos	54.523	197.815	71.832	191.408
Rendas de financiamentos	15.881	61.225	29.145	69.562
Total	73.976	267.338	101.484	261.853

b) Operações de captação no mercado

	Individual				Consolidado			
	3T20	30/09/2020	3T19	30/09/2019	3T20	30/09/2020	3T19	30/09/2019
Despesas de depósitos interfinanceiros	365	2.143	833	3.422	365	2.143	833	3.422
Despesas de depósitos a prazo	99.813	305.201	121.948	364.840	99.301	302.901	120.301	360.903
Despesas de operações compromissadas	5.642	20.724	6.103	14.461	5.642	20.724	6.102	14.460
Despesas de operações com TVM no exterior ⁽¹⁾	21	63	89	131	21	63	89	131
Despesas de contribuição ao FGC	2.011	5.867	1.900	5.672	2.011	5.867	1.900	5.672
Despesas com LCA	1.626	6.672	2.209	6.492	1.626	6.672	2.209	6.492
Despesas com LF	5.679	14.112	4.439	12.218	5.679	14.112	4.439	12.218
Despesas com LCI	620	3.501	3.454	10.544	620	3.501	3.454	10.544
Total	115.777	358.283	140.975	417.780	115.265	355.983	139.327	413.842

(1) Contempla variação cambial.

c) Operações de empréstimos e repasses

	Individual e Consolidado			
	3T20	30/09/2020	3T19	30/09/2019
Despesas de repasses do País - instituições oficiais	349	1.366	1.019	3.908
Despesas de repasses do exterior - Resolução CMN nº 3.844	127	355	692	2.984
Despesas de obrigações com banqueiros no exterior ⁽¹⁾	6.616	51.853	23.589	32.765
Total	7.092	53.574	25.300	39.657

(1) Contempla variação cambial.

d) Receitas de prestação de serviços

	Individual				Consolidado			
	3T20	30/09/2020	3T19	30/09/2019	3T20	30/09/2020	3T19	30/09/2019
Comissão de Fiança	3.358	11.248	5.063	15.688	3.358	11.248	5.063	15.688
Comissão de Intermediação	1.896	2.196	961	2.025	2.507	3.419	960	2.024
Rendas de Cobrança	973	2.857	916	1.986	973	2.857	916	1.986
Renda com Tarifas	804	1.915	942	1.470	804	1.915	929	1.470
Outras	1.409	1.716	616	746	3.122	6.050	3.349	7.051
Total	8.440	19.932	8.498	21.915	10.764	25.489	11.217	28.219

e) Despesas de pessoal

	Individual			Consolidado				
	3T20	30/09/2020	3T19	30/09/2019	3T20	30/09/2020	3T19	30/09/2019
Proventos	10.294	32.498	9.727	29.985	10.294	32.498	9.726	29.987
Benefícios	2.885	9.176	2.838	7.976	2.885	9.176	2.840	7.992
Encargos sociais	4.134	14.106	4.243	12.751	4.134	14.106	4.243	12.751
Honorários da diretoria	2.513	8.339	2.819	7.498	2.513	8.339	2.819	7.498
Treinamento	49	86	57	149	49	86	57	149
Estagiários	156	538	196	746	156	538	197	762
Total	20.031	64.743	19.880	59.105	20.031	64.743	19.882	59.139

f) Outras despesas administrativas

	Individual			Consolidado				
	3T20	30/09/2020	3T19	30/09/2019	3T20	30/09/2020	3T19	30/09/2019
Despesas de água, energia e gás	40	152	20	360	40	152	19	360
Despesas com aluguéis	3.406	10.265	3.384	10.579	3.406	10.265	3.384	10.579
Despesas de arrendamento de bens	306	923	79	346	306	923	79	346
Despesas de comunicações	1.426	3.853	1.162	3.465	1.426	3.853	1.162	3.465
Despesas de manutenção e conservação de bens	181	668	399	893	181	668	399	893
Despesas de material	5	133	124	323	5	133	124	323
Despesas de processamento de dados	3.025	10.053	3.828	9.601	3.025	10.053	3.827	9.602
Despesas de relações públicas	143	836	500	1.250	143	836	513	1.292
Despesas de seguros	1.011	2.968	1.787	4.922	1.017	2.981	1.787	4.922
Despesas com serviços do sistema financeiro	2.590	7.763	2.181	8.896	2.607	7.942	2.151	9.259
Despesas com serviços de terceiros	221	886	377	1.374	221	886	377	1.374
Despesas com serviços de vigilância e segurança	497	1.821	626	1.944	497	1.821	626	1.944
Despesas com serviços técnicos especializados	2.603	7.379	2.323	8.530	2.736	7.852	2.561	8.918
Despesas de transporte	41	216	118	440	41	216	119	441
Despesas de viagens	2	93	118	309	2	95	118	319
Sentenças judiciais, cíveis e trabalhistas	2.139	12.178	5.757	13.981	2.139	12.178	5.758	13.982
Despesas de amortização e depreciação	550	1.584	273	652	550	1.584	273	652
Emolumentos judiciais e cartorários	49	235	112	254	80	403	126	1.260
Outras despesas administrativas	1.163	3.324	1.007	2.955	2.104	5.856	2.631	6.150
Total	19.398	65.330	24.175	71.074	20.998	70.313	26.647	77.307

g) Despesas tributárias

	Individual			Consolidado				
	3T20	30/09/2020	3T19	30/09/2019	3T20	30/09/2020	3T19	30/09/2019
ISS	586	1.340	528	1.355	651	1.490	586	1.487
Cofins	1.309	2.258	578	7.390	1.603	3.383	697	10.010
PIS	213	367	94	1.201	276	608	118	1.763
Outros ⁽¹⁾	106	553	161	1.507	2.512	7.237	3.038	9.306
Total	2.214	4.518	1.361	11.453	5.042	12.718	4.439	22.566

(1) Em 30 de setembro de 2020, refere-se, substancialmente, a despesas com IPTU dos loteamentos da Pine Entre Verdes.

h) Outras receitas operacionais

	Individual			Consolidado				
	3T20	30/09/2020	3T19	30/09/2019	3T20	30/09/2020	3T19	30/09/2019
Recuperação de encargos e despesas	(4)	456	4.609	6.203	(4)	456	4.851	6.445
Atualização monetária ativa	222	911	469	1.341	250	988	501	1.427
Atualização de créditos judiciais	23	99	38	72	20	99	42	80
Reversão provisão Fiança	163	781	36	781	163	781	36	781
Reversão provisões trabalhistas, cíveis e fiscais	2.934	10.705	4.153	8.495	2.934	10.705	4.153	8.495
Reversão de outras provisões	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras rendas operacionais ⁽¹⁾	17	87	44	24.126	170	843	1.667	75.399
Total	3.355	13.039	9.349	41.018	3.533	13.872	11.250	92.627

(1) Em 2019, refere-se, substancialmente, ao ganho pela venda e pela antecipação do cumprimento de obrigações assumidas nas aquisições de direitos sobre o Valor Geral de Vendas (VGV) da Pine Entre Verdes no Consórcio Entre Verdes.

i) Outras despesas operacionais

	Individual			Consolidado				
	3T20	30/09/2020	3T19	30/09/2019	3T20	30/09/2020	3T19	30/09/2019
Provisão de processos trabalhistas e cíveis	1.931	8.363	3.246	8.598	1.931	8.363	3.246	8.598
Despesa de cessão	14.956	42.954	-	-	14.956	42.954	-	-
Provisão de fiança	-	1.368	-	-	-	1.368	-	-
Outras despesas operacionais ⁽¹⁾	2.675	10.604	1.739	46.834	2.979	9.847	(1.510)	83.457
Total	19.562	63.289	5.069	55.516	19.866	62.532	3.697	94.016

(1) Em 2019, refere-se, substancialmente, a baixa do custo contábil pela venda do cumprimento de obrigações assumidas nas aquisições de direitos sobre o Valor Geral de Vendas (VGV) da Pine Entre Verdes no Consórcio Entre Verdes.

j) Resultado não operacional

No período findo em 30 de setembro de 2020, o Resultado não Operacional é composto por receita de R\$10.974 e despesa de R\$4.511 no Individual e receita de R\$38.820 e despesa de R\$56.109 no Consolidado (Total de R\$14.240 no Individual e Consolidado em 30 de setembro de 2019) corresponde, principalmente, ao resultado na venda de bens recebidos em dação de pagamento para a liquidação de operações de crédito e imobilizados de uso.

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Reconciliação das despesas de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido:

	Individual			Consolidado				
	3T20	30/09/2020	3T19	30/09/2019	3T20	30/09/2020	3T19	30/09/2019
Prejuízo antes do IRPJ, da CSLL e deduzidos as participações no resultado	(17.482)	(46.422)	(43.363)	(125.503)	(15.837)	(46.269)	(41.437)	(121.255)
Prejuízo antes da tributação	(17.482)	(46.422)	(43.363)	(125.503)	(15.837)	(46.269)	(41.437)	(121.255)
Alíquota vigente (Nota 3.s)	45%	45%	40%	40%	45%	45%	40%	40%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	7.867	20.890	17.345	50.201	7.127	20.821	16.575	48.502
Diferenças permanentes	(1.622)	15.177	2.193	(19.163)	(2.527)	15.093	1.037	(21.712)
Variação cambial de investimento no exterior	537	5.245	754	(3.694)	537	5.245	754	(3.694)
Outros ajustes	(2.159)	9.932	1.439	(15.469)	(3.064)	9.848	283	(18.018)
Imposto de renda e contribuição social	6.245	36.067	19.538	31.038	4.600	35.914	17.612	26.790

20. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração da Administração

Desde o exercício de 2012, o Pine aprovou novo Plano de Remuneração para tratamento das normas e diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável aplicável aos membros do Conselho de Administração e diretores estatutários e, a critério de comitê específico, outros executivos com cargos e funções relevantes, observando as disposições da Resolução CMN nº 3.921/10.

O Plano tem como principais objetivos: (i) alinhar as práticas de remuneração dos administradores do Pine à política de gestão de riscos; (ii) evitar comportamentos que elevem a exposição ao risco acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazos adotadas pela instituição; (iii) criar um instrumento de retenção e atração de talentos nas posições chave do Pine; e (iv) Adaptar a política de remuneração à norma da Resolução CMN nº 3.921/10.

A remuneração definida no Plano leva em conta: (i) os riscos correntes e potenciais do Pine; (ii) o resultado geral do Pine, em particular o lucro recorrente realizado (lucro líquido contábil do período ajustado pelos resultados não realizados e livre dos efeitos de eventos não recorrentes controláveis); (iii) a capacidade de geração de fluxo de caixa; (iv) o ambiente econômico em que o Pine está inserido e suas tendências; (v) as bases financeiras sustentáveis de longo prazo e ajustes nos pagamentos futuros em função dos riscos assumidos, das oscilações do custo do capital e das projeções de liquidez; (vi) o desempenho individual dos Administradores com base no conjunto de indicadores institucionais e de sua unidade de negócio (vii) a performance qualitativa e quantitativa dos Administradores, baseada nos valores do Banco.

A Remuneração Variável será calculada:

- a) até 50% do valor determinado para a remuneração variável é paga em espécie, de forma imediata quando do pagamento do PLR;
- b) o correspondente a 10% do valor determinado para a remuneração variável será paga em ações preferenciais do Pine de forma imediata quando do pagamento da PLR; e

A entrega dos instrumentos baseados em ações referentes à remuneração variável diferida atribuídas aos Administradores apenas ocorrerá se não for verificado, no período de diferimento aplicável (i) uma redução significativa do lucro recorrente realizado, ou (ii) resultado negativo da Instituição ou da unidade de negócios, ou (iii) apuração de erros em procedimentos contábeis e/ou administrativos que afetem os resultados apurados no período aquisitivo do direito à remuneração variável.

O Pine conta, ainda, com um Comitê de Remuneração, que é responsável por (i) propor ao Conselho de Administração as diversas formas de remuneração fixa e variável; (ii) supervisionar a implementação e operacionalização da política de remuneração de administradores da instituição; (iii) revisar anualmente a política de remuneração de administradores da instituição, recomendando ao Conselho de Administração a sua correção ou aprimoramento; (iv) propor ao Conselho de Administração o montante da remuneração global dos administradores a ser submetido à assembleia geral, na forma do art. 152 da Lei das Sociedades por Ações; (v) avaliar cenários futuros, internos e externos, e seus possíveis impactos sobre a política de remuneração de administradores; (vi) analisar a política de remuneração de administradores da Instituição em relação às práticas de mercado, com vistas a identificar discrepâncias significativas em relação a empresas congêneres, propondo os ajustes necessários; (vii) zelar para que a política de remuneração de administradores esteja permanentemente compatível com a política de gestão de riscos, com as metas e a situação financeira atual e esperada da instituição; e (viii) elaborar anualmente, no prazo de noventa dias a contar de 31 de dezembro de cada ano, documento denominado Relatório do Comitê de Remuneração, na forma prevista na Resolução CMN nº 3.921/10.

No período findo em 30 de setembro de 2020, referente a remuneração variável, foi apurado o montante de R\$2.053 (R\$2.431 em 30 de setembro de 2019) e a despesa no montante de R\$7.195 (R\$4.350 em 30 de setembro de 2019) de acordo com os critérios definidos no plano.

	3T20		30/09/2020		3T19		30/09/2019	
Remuneração fixa	2.512		8.339		2.819		7.526	
Remuneração variável	-		2.053		-		2.431	
Benefícios de curto prazo	822		3.386		896		2.389	
Total	3.334		13.778		3.715		12.346	

Os benefícios de curto prazo a administradores estão representados, principalmente, por salários e contribuições para a seguridade social, licença remunerada e auxílio-doença pago, participação nos lucros e bônus (se pagáveis no período de doze meses após o encerramento do exercício) e benefícios não-monetários (tais como assistência médica, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados).

Rescisão do contrato

A extinção da relação de trabalho com os Administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira e seus benefícios adquiridos, se condicionados, poderão ser descontinuados.

b) Transações com Partes Relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas, principalmente com as empresas discriminadas na Nota 2, são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas e condições de mercado e estão representadas por:

	Prazos até	Taxa de juros % CDI	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
			30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	30/09/2019
Administradores ⁽¹⁾			4.622	21.539	(1.189)	(167)
Depósitos à vista	Sem vencimento		435	19	-	-
Depósitos a prazo	28/04/2027	100% a 120%	972	10.147	(162)	(49)
Recursos de letras de crédito do agronegócio	16/11/2021	90% a 100%	703	2	(31)	(15)
Recursos de letras de crédito imobiliário	08/11/2021	91% a 100%	1.252	8.686	(885)	(38)
Recursos de letras financeiras	12/03/2026	150%	1.260	2.685	(111)	(65)
Familiares imediatos ⁽¹⁾			12.545	17.621	(553)	(395)
Depósitos à vista	Sem vencimento		214	69	-	-
Depósitos a prazo	30/07/2027	98% a 120%	5.382	10.178	(72)	(173)
Recursos de letras de crédito do agronegócio	03/05/2022	96% a 100%	270	233	(6)	(16)
Recursos de letras de crédito imobiliário	08/11/2021	97,5% a 100%	58	490	(7)	(42)
Recursos de letras financeiras	12/03/2026	150%	6.621	6.651	(468)	(164)
Empresas ligadas			66.781	111.810	(496)	(3.514)
Valores a Receber						
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda			1	4	3	-
Pine Assessoria e Consultoria Ltda			1	-	(1)	-
Pine Entre Verdes Empreendimento Imobiliário SPE Ltda			-	3	3	-
Pine Corretora de Seguros Ltda			3	15	12	-
Depósitos à vista						
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda	Sem vencimento		4	17	-	-
Pine Assessoria e Consultoria Ltda	Sem vencimento		-	-	-	-
Pine Planejamento e Serviços Ltda	Sem vencimento		-	1	-	-
Pine Entre Verdes Empreendimento Imobiliário SPE Ltda	Sem vencimento		164	377	-	-
Pine Corretora de Seguros Ltda	Sem vencimento		219	319	-	-
Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário SPE Ltda	Sem vencimento		19	929	-	-
Pine Ativos Imobiliários LTDA	Sem vencimento		5.209	7.557	-	-
Depósitos a prazo						
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda	10/08/2023	99%	13.409	61.725	(239)	(2.540)
Pine Assessoria e Consultoria Ltda	13/09/2023	99%	545	852	(6)	(37)
Pine Planejamento e Serviços Ltda	14/12/2020	99%	175	172	(1)	(8)
Pine Entre Verdes Empreendimento Imobiliário SPE Ltda	07/06/2021	99%	23.642	31.717	(126)	(761)
Pine Corretora de Seguros Ltda	15/05/2023	99%	3.412	8.122	(40)	(168)
Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário SPE Ltda	08/09/2023	99%	693	-	(4)	-
Pine Ativos Imobiliários Ltda	17/05/2023	99%	19.285	-	(97)	-

(1) Os valores referente aos administradores e familiares imediatos não são consolidados.

	Saldo inicial em 31/12/2019	Aplicações/ Depósitos	Resgates/ Saques	Juros/ Remuneração	Saldo final em 30/09/2020
Administradores	21.539	10.655	(28.761)	1.189	4.622
Depósitos à vista	19	588	(172)	-	435
Depósitos a prazo	10.147	222	(9.559)	162	972
Recursos de letras de crédito do agronegócio	2	3.371	(2.701)	31	703
Recursos de letras de crédito imobiliário	8.686	6.474	(14.793)	885	1.252
Recursos de letras financeiras	2.685	-	(1.536)	111	1.260
Familiares imediatos	17.621	6.493	(12.122)	553	12.545
Depósitos à vista	69	389	(244)	-	214
Depósitos a prazo	10.178	5.838	(10.706)	72	5.382
Recursos de letras de crédito do agronegócio	233	217	(186)	6	270
Recursos de letras de crédito imobiliário	490	49	(488)	7	58
Recursos de letras financeiras	6.651	-	(498)	468	6.621
Empresas ligadas	111.810	44.131	(89.673)	513	66.781
Valores a Receber	22	1	(18)	-	5
Depósitos à vista	9.200	17.422	(21.007)	-	5.615
Depósitos a prazo	102.588	26.708	(68.648)	513	61.161

c) Participação acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta em ações ordinárias e preferenciais, em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, dos acionistas com mais de 5% do total de ações, dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva.

Acionistas	30/09/2020				30/09/2020	
	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais	Ações Preferenciais (%)	Total de Ações	Total de Ações (%)
Pessoa Física	75.577.842	100,00	15.160.302	20,89	90.738.144	61,24
Conselho de Administração	-	-	1.622.394	2,24	1.622.394	1,10
Administradores	-	-	2.209.792	3,04	2.209.792	1,49
Total	75.577.842	100,00	18.992.488	26,17	94.570.330	63,83

Acionistas	31/12/2019				31/12/2019	
	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais	Ações Preferenciais (%)	Total de Ações	Total de Ações (%)
Pessoa Física	75.577.842	100,00	15.160.302	20,89	90.738.144	70,81
Conselho de Administração	-	-	1.852.394	2,55	1.852.394	11,48
Administradores	-	-	2.783.110	3,83	2.783.110	1,88
Total	75.577.842	100,00	19.795.806	27,27	95.373.648	84,17

21. COMPROMISSOS, GARANTIAS E OUTRAS INFORMAÇÕES

A provisão para perdas prováveis associadas a garantias financeiras prestadas, operações que requerem que o prestador da garantia efetue pagamentos definidos contratualmente a fim de reembolsar o detentor de um instrumento de dívida ou outro instrumento de natureza semelhante por perda decorrente do não pagamento da obrigação pelo devedor na data prevista, é constituída por modelo estatístico interno cuja metodologia se baseia em práticas reconhecidas de gerenciamento do risco de crédito, no risco da contraparte, no comportamento histórico da carteira, na modalidade ou produto da garantia financeira prestada e nas expectativas futuras de perdas. O modelo é revisado periodicamente conforme estabelecido pela Resolução do CMN nº 4.512/2016.

Tipo de Garantia Financeira	Individual e Consolidado			
	30/09/2020		31/12/2019	
	Saldo de Garantias Prestadas	Provisão	Saldo de Garantias Prestadas	Provisão
Vinculadas a Licitações, Leilões, Prestação de Serviços ou Execução de Obras	49.317	27	139.189	845
Aval ou Fiança em Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal	381.013	507	439.950	1.471
Outras Fianças Bancárias	36.177	4.204	50.177	1.834
Total	466.507	4.738	629.316	4.150

22. PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

O Pine possui um programa próprio de participação nos lucros e resultados homologado pelo Programa de Participação nos Lucros e Resultados - PPLR do Sindicato dos Bancários.

As premissas gerais deste programa consistem em distribuir lucros e resultados aos colaboradores, levando em consideração: (a) Desempenho das unidades de negócios; (b) Desempenho individual acompanhado através de metas; e (c) Avaliação de competências baseadas nos valores do Banco. Essas despesas foram registradas na rubrica de "Participações no resultado".

23. GESTÃO DE RISCOS E DE CAPITAL

a) Introdução e visão geral

O Pine tem como forte diferencial a postura conservadora na gestão dos riscos inerentes às suas atividades, onde possui a sua estrutura integrada de gerenciamento de riscos e capital, sendo sustentada por comitês que apoiam as decisões da Administração.

As práticas de controle de risco estão em constante aprimoramento, buscando identificar e limitar perdas financeiras de forma a assegurar que os objetivos do conglomerado sejam cumpridos, que as metas de lucratividade sejam alcançadas, sempre mantendo altos padrões de credibilidade e segurança na governança corporativa.

Os níveis aceitáveis de apetite a riscos atende os objetivos da Administração alinhados com requerimentos regulatórios e compreende os níveis de tolerância definidos nos indicadores de limites e alertas. A estrutura de gerenciamento de riscos é definida pelo Conselho de Administração, onde as funções são subsidiadas pelo Comitê de Gestão de Riscos e Capital nas atribuições de aprovação dos fatores, indicadores e montantes de limites e alertas.

A estrutura de Gestão de Riscos do Banco Pine contemplou os grupos de riscos tratados no contexto de riscos financeiros, riscos operacionais e riscos estratégicos, isolados e/ou conjuntamente.

b) Risco de crédito

Definição

Risco de crédito é a exposição a perdas em caso de inadimplência total ou parcial dos clientes, ou das contrapartes, no cumprimento de suas obrigações financeiras com o Pine. O gerenciamento de risco de crédito busca fornecer subsídios à definição de estratégias, além do estabelecimento de limites, abrangendo análise de exposições e tendências, bem como a eficácia da política de crédito.

Nossa exposição ao risco de crédito está relacionada em sua maior parte à aplicação de recursos financeiros na forma de empréstimos, adiantamentos, repasses e outros produtos tradicionais de crédito, seja em moeda local ou estrangeira; à exposição a títulos de emissão privada; à prestação de garantias e coobrigações e aos recebíveis oriundos de operações de derivativos de balcão com clientes.

Gerenciamento do risco de crédito

Risco de crédito é a possibilidade da ocorrência de perdas associadas ao:

- Não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados;
- Desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; e
- Reestruturação de instrumentos financeiros; ou
- Custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

O gerenciamento de risco de crédito busca fornecer subsídios à definição de estratégias, além do estabelecimento de limites, abrangendo monitoramento, análises de exposições e tendências, bem como a eficácia da política de crédito.

c) Risco de liquidez

Definição

O Risco de Liquidez é a possibilidade do Pine não satisfazer suas necessidades de caixa para o cumprimento de suas obrigações correntes e futuras ou de novas exigências de recursos sem afetar a continuidade de suas operações.

Gestão de risco de liquidez

A gestão de liquidez tem como objetivo identificar, informar e precaver o Pine de possíveis movimentos de mercado que gerem problemas de liquidez. Nesse sentido, o Pine monitora a exposição ao risco de liquidez de suas carteiras no que tange aos prazos, volumes e liquidez de seus ativos.

O gerenciamento do risco de liquidez abrange os processos de controle, monitoramento e planejamento efetuados através de relatórios enviados aos integrantes do ALCO - Asset and liability committee e da Administração, bem como aprovação de políticas, estratégias, diretrizes e limites neste comitê e aprovados pelo Conselho de Administração do Conglomerado, conforme segue:

Diariamente (Superintendência de Risco de Liquidez & Mercado e Produtos):

- Posição e movimentação da liquidez do conglomerado;
- Monitoramento dos indicadores do risco de liquidez.

Semanalmente (ALCO - Asset and liability committee):

- Fluxo de descasamentos entre pagamentos, recebimentos e outras movimentações de todo conglomerado (funding gap);
- Projeção da movimentação da liquidez do conglomerado considerando os planos das áreas de negócios, necessidades de captação e nível de liquidez desejado;

Mensalmente (ALCO - Asset and liability committee):

- Projeção de cenários de estresse de liquidez: moderado e extremo;
- Metodologia de definição dos níveis de liquidez desejado e mínimo;
- Revisão do plano de contingência de liquidez e dos indicadores do risco de liquidez.

As políticas de gestão do risco de liquidez e os limites associados são estabelecidos com base em cenários prospectivos revistos periodicamente e nas definições do ALCO - Asset and liability committee e da Administração.

Desta forma, no processo de gestão do risco de liquidez no Pine, o conjunto de atividades que estão relacionadas e integradas na gestão, desde a definição de estratégias, diretrizes, controle, monitoramento até o gerenciamento, são desempenhadas e estão compreendidas nas seguintes unidades:

- Comitê de Ativos e Passivos (ALCO - Asset and liability committee);
- Área ALM na Tesouraria;
- Área de Gestão de Riscos.

d) Risco de mercado e IRRBB

Definição

Riscos de Mercado estão ligados a possíveis perdas monetárias em função de flutuações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas nos mercados. As oscilações de variáveis financeiras, índices de inflação, taxas de juros e taxas de câmbio, geram potencial de perda para praticamente todas as empresas e, portanto, representam fatores de risco financeiro.

Basicamente, pode-se dizer que o Risco de Mercado que uma instituição está exposta deve-se ao conjunto de três fatores: a) exposição – valor exposto ao risco; b) sensibilidade – o impacto em função da flutuação de preços; e c) variação – a magnitude da variação de preços. Nota-se, dentre os fatores, que a exposição e sensibilidade são fatores controláveis pela instituição em função de seu apetite frente aos riscos observados, entretanto, a variação é uma característica do mercado, portanto fora do controle do Pine.

Os riscos de mercado podem ser classificados em diferentes modalidades, como o risco de taxa de juros, risco cambial, risco de preço de commodities e preço de ações. Cada modalidade representa o risco de ocorrerem perdas em função de oscilações na variação em sua respectiva variável.

O IRRBB (Risco de Taxa de Juros na Carteira Bancária) pode ser definido como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Gestão de risco de mercado

A gestão do risco de mercado é feita de forma centralizada por uma área que mantém independência em relação à mesa de operações e que tem como responsabilidade principal monitorar e analisar o risco de mercado oriundo das posições assumidas pelo Pine vis a vis o apetite ao risco definido pelo Comitê de Tesouraria e aprovado pelo Conselho de Administração.

A área de gestão de risco de mercado efetua diariamente o cálculo do Valor em Risco e gera os GAPs de descasamento dos Fatores Primitivos de Risco que compõem a carteira do Pine.

Os valores são confrontados diariamente com os limites de VaR, exposição por Fatores Primitivos de Risco e Stop Loss estabelecidos pelo Comitê de Tesouraria e aprovados pelo Conselho de Administração do Conglomerado.

Para os testes de estresse, utilizam-se os cenários de alta e de baixa divulgados pela B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão, bem como o deslocamento das curvas de juros utilizadas. Poderão, ainda, ser utilizados alguns cenários gerados pelo Comitê de Tesouraria.

O processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhado às melhores práticas de mercado e aderente aos processos de melhoria contínua no Pine, bem como o atendimento da regulamentação em vigor.

Metodologias

Valor de mercado:

O objetivo da marcação a valor de mercado (MtM) é tornar o apuração dos ativos e passivos contidos nas carteiras trading e banking do Pine o mais transparente possível, visando as análises aos fatores de riscos de mercado e a proteção patrimonial dos acionistas.

Value at risk – VaR (Valor em risco):

O VaR mede a pior perda esperada através de um horizonte dado sob condições normais de mercado a um dado nível de confiança, ou seja, o VaR fornece uma medida do risco de mercado.

O gerenciamento de risco de mercado utiliza-se do VaR, como medida de perda potencial das carteiras do Pine. Para os cálculos, utiliza-se o modelo paramétrico para o horizonte de um dia e intervalo de confiança de 99%. Todo o cálculo está baseado nos preços de fechamento de mercado, obtidos de diferentes fontes (Anbima, B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão, Bacen, entre outros).

São realizadas análises de VaR por mercado, vértices e por fator de risco associados a curva de juros, preços de ações, câmbio e commodities. Caso o limite de VaR seja excedido, será feita uma avaliação das operações e aquelas que apresentarem maior risco deverão ser reajustadas pela Tesouraria de modo a reduzir o risco e buscar o enquadramento dentro do limite máximo de exposição. A liquidez de mercado deverá ser avaliada quando do reajuste dessas operações.

Análises:

As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas:

Análise de sensibilidade aos fatores de risco

Nesta análise procura-se avaliar a variação do valor de mercado da carteira a uma pequena variação das estruturas a termo de taxas de juros. O cenário aplicado é o deslocamento de 1 ponto-base (DV01) nas curvas de juros que compõem as carteiras da Instituição. Essa análise é importante, pois leva em conta a maturidade (duração) dos diferentes ativos que compõem as carteiras.

Análise de estresse

Diariamente são efetuados testes de estresse que são divulgados em conjunto com as figuras de Risco do Pine para cada tipo de exposição (prefixado-juros, Dólar, inflação e ações) considerando os cenários divulgados pela B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão para cada fator de risco. São considerados dois cenários de alta e dois cenários de baixa.

Riscos

Risco de taxa de juros

Risco de taxa de juros surge da possibilidade de que variações na taxa de juros afetarão os fluxos de caixa futuros ou o valor justo de instrumentos financeiros.

Risco de moedas

Risco de moedas é o risco de variação no valor de um instrumento financeiro devido a mudanças em taxas de câmbio. O Conselho estabeleceu limites de posições em moedas estrangeiras. Conforme as políticas do Pine, posições são monitoradas diariamente e estratégias de hedge são utilizadas para manter as posições dentro dos limites preestabelecidos.

Risco de preço de ações

Risco de preço de ações é o risco de o valor justo de ações diminuir como resultado de variações no nível de índices de ações ou ações individuais.

Risco de Commodities

Risco de Commodities é o risco devido à oscilação dos preços de produtos físicos (produtos agrícolas, petróleo, metais, etc).

Exposição ao Risco

Carteiras mantidas para negociação

Essa carteira é composta somente por operações em negociação (trading) do Pine transacionadas com a intenção de negociação, revenda, obtenção de benefício dos movimentos de preços ou arbitragem. Pode ainda, ser incluída operação destinada a hedge da referida carteira.

Exposição aos riscos de mercado - Carteiras mantidas para negociação

Apresentamos abaixo um resumo da posição de VaR das carteiras negociáveis do Pine referente aos períodos findos em 30 de setembro de 2020 e 2019, considerando o critério de 99% de confiança e holding período de 1 dia.

A estrutura de risco de mercado segrega suas operações em Carteira de Negociação e Carteira Bancária, de acordo com os critérios gerais estabelecidos pela regulamentação em vigor.

Análise de sensibilidade

Conforme Instrução Nº 475 da CVM, de 17 de dezembro de 2008, o quadro demonstra a análise de sensibilidade para todas as operações com instrumentos financeiros, que exponham o Pine a riscos oriundos de variação cambial, juros ou quaisquer outras fontes de exposição, sendo que para a apuração dos impactos as taxas de juros, aplicam-se as respectivas variações das taxas de mercado aos PV01s apurados em 30 de setembro de 2020:

Fator de Risco	Exposição	Análise de Sensibilidade		
		30/09/2020		
		Cenários		
		Provável ⁽ⁱ⁾	Possível ⁽ⁱⁱ⁾	Remoto ⁽ⁱⁱⁱ⁾
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	Variações na taxa de juros prefixada	(9.234.631)	(13.811.039)	(27.622.078)
Índice de Preços (IPCA)	Variações no cupom de IPCA	2.092.262	7.379.168	14.758.336
Taxa TJLP (TJLP)	Variações na TJLP	(3.721)	5.078	10.157
Taxa Referencial (TR)	Variações na TR	3.584.785	3.457.885	6.915.770
Taxa de Cupom de Dólar	Variação cupom cambial	73.875	1.273.808	2.547.616
Taxas de Cupom de Outras Moedas	Variação cupom cambial	(136)	(14.539)	(29.079)
Taxas OffShore (Libor + outras Offshore)	Variação nas taxas OffShore	(1.639)	(49.546)	(99.092)
Cesta de Moedas	Variação na cotação da cesta de moedas	(492.039)	(680.528)	(1.361.056)
Total (soma não correlacionada)*		(15.524.615)	(27.063.074)	(54.126.148)
Total (soma correlacionada)**		(3.981.244)	(2.439.713)	(4.879.425)

*Soma não correlacionada: representa a soma dos resultados obtidos no pior cenário de estresse para cada fator de risco.

**Soma correlacionada: representa o pior resultado da soma do estresse de todos os fatores de risco considerando a correlação entre eles.

Cenários			
Cenário I - Provável	Cenário composto pela soma dos preços ou taxas de mercado do dia 30/09/2020 e suas respectivas volatilidades apuradas através do método de EWMA ($\lambda=94$).	Taxa Mercado (1 ano)	Nova Taxa Mercado (1 ano)
Curva		Choque	
Taxa de Juros Prefixada (PRE)		2,78%	2,81%
Índice de Preços (IPCA)		-1,22%	-1,25%
Taxa TJLP (TJLP)		-2,11%	-2,12%
Taxa Referencial (TR)		2,77%	2,80%
Taxa de Cupom de Dólar		1,27%	1,28%
Taxa de Cupom de Outras Moedas		1,03%	1,04%
Taxas OffShore (Libor + outras Offshore)		1,73%	1,74%
Cesta de Moedas		5,63%	6,63%
Cenário II - Possível	Cenário composto pelo choque de 25% nos valores das curvas de juros de mercado (divulgadas pela B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão), e nas cotações de fechamento (dólar e equity), conforme exemplo a seguir:	Taxa Mercado (1 ano)	Nova Taxa Mercado (1 ano)
Curva		Choque	
Taxa de Juros Prefixada (PRE)		25%	3,48%
Índice de Preços (IPCA)		25%	-1,53%
Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)		25%	-2,64%
Taxa Referencial (TR)		25%	3,46%
Taxa de Cupom de Dólar		25%	1,59%
Taxas de Cupom de Outras Moedas		25%	1,29%
Taxas OffShore (Libor + outras Offshore)		25%	2,16%
Cesta de Moedas		25%	7,04%

Cenário III - Remoto

Cenário composto pelo choque de 50% nos valores das curvas de juros de mercado (divulgadas pela B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão), e nas cotações de fechamento, (dólar e equity), conforme exemplo a seguir:

Curva	Taxa Mercado (1 ano)	Choque	Nova Taxa Mercado (1 ano)
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	2,78%	50%	4,17%
Índice de Preços (IPCA)	-1,22%	50%	-1,83%
Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)	-2,11%	50%	-3,16%
Taxa Referencial (TR)	2,77%	50%	4,16%
Taxa de Cupom de Dólar	1,27%	50%	1,91%
Taxas de Cupom de Outras Moedas	1,03%	50%	1,55%
Taxas OffShore (Libor + outras Offshore)	1,73%	50%	2,59%
Cesta de Moedas	5,63%	50%	8,44%

e) Risco socioambiental

O Pine atua com responsabilidade social em todos os negócios realizados, agindo sempre de maneira ética e transparente em todas as suas esferas, para assim contribuir para o desenvolvimento econômico da sociedade e zelar para que todos os recursos sejam utilizados de maneira consciente e sustentável.

Dado que os principais impactos socioambientais recaem sobre o core business do Pine - na concessão de crédito corporativo - é essencial visar a responsabilidade socioambiental como um dos critérios de aprovação da linha. Isso possibilita o Pine a trabalhar com organismos multilaterais focados no desenvolvimento socioambiental.

Nesse cenário, o Pine possui uma atuação 100% responsável ao trabalhar com linhas de crédito aprovadas por organismos multilaterais que impõem uma série de compromissos socioambientais em suas operações. Alinhado a esses organismos e seus princípios, o Pine conta com uma Política de Responsabilidade Socioambiental ("PRSA") que determina os aspectos a serem observados na gestão da operação do Pine e no relacionamento com sua cadeia de valor.

Política de Responsabilidade Socioambiental ("PRSA")

A PRSA tem por objetivo estabelecer e apresentar a estrutura de gerenciamento de risco socioambiental por meio de diretrizes que permeiam a estratégia da Instituição em relação ao tema socioambiental. Tal Política contém princípios que norteiam as ações de natureza socioambiental nos negócios e nas relações do Pine com as partes interessadas, contribuindo para o aperfeiçoamento das práticas da cadeia de valor e buscando o desenvolvimento sustentável.

As partes interessadas são os clientes e usuários dos produtos e serviços oferecidos pela Instituição, a comunidade interna à sua organização e as demais pessoas que podem ser impactadas pelas atividades da Instituição.

Assim sendo, o Pine faz consultas e diálogos estruturados com suas Partes Interessadas, a fim de contribuir para o aprimoramento da gestão dos negócios e promover aprendizados contínuos para ambos os lados. A PRSA estimula a participação das Partes Interessadas em seu processo de elaboração.

No processo de avaliação e concessão de crédito levamos em consideração a análise de riscos socioambientais do cliente, ou seja, se o Compliance encontrar alguma inconsistência referente ao tema socioambiental, o cliente poderá ter um impacto negativo no seu rating de crédito que será definido pela área de Análise de Crédito.

Além disso, neste processo considera-se uma lista restritiva que identifica segmentos ou organizações para as quais o Pine tem restrições na concessão de crédito ou financiamento. Essa lista leva em consideração projetos e empresas que estejam envolvidos com práticas trabalhistas ilegais, que firmam os Direitos Humanos ou, ainda, que produzam, comercializem ou utilizem produtos, substâncias ou atividades considerados nocivos à sociedade e ao meio ambiente.

Para evitar danos à sua reputação e não fomentar negócios que não estão em conformidade com os princípios e as políticas, o Pine realiza uma avaliação contínua dos clientes atuais e potenciais que atuam em setores críticos do ponto de vista socioambiental.

f) Risco operacional**Definição**

O Pine define risco operacional como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas, deficiências ou inadequações nos processos internos, pessoas, sistemas ou de eventos externos, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.380/06. Nessa definição inclui o risco legal, decorrente da possibilidade de ocorrer perdas em virtude de inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, incluindo alterações retroativas, decisões judiciais e acordos favoráveis e a sanções decorrentes de descumprimento de dispositivos legais, bem como a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

Gestão de risco operacional

A transparência sobre os riscos e a preocupação em mitigá-los com controles internos eficientes e adequados é de conhecimento de todos os níveis hierárquicos, nossa governança é estruturada de forma a contemplar a discussão de riscos relevantes em Comitês e fóruns apropriados o que permite o gerenciamento proativo e o resguardo de recursos, minimizando o risco de perdas de alta severidade, mesmo que de baixa ou nenhuma frequência.

Desta forma, é entendido pelo Pine que o gerenciamento do risco operacional cria valor para os acionistas ao reduzir o risco quando evita ou diminui as perdas, tornando os processos mais eficientes, permitindo respostas rápidas a contingências, eliminando ou reduzindo riscos, melhorando o desempenho do negócio e alinhando o retorno financeiro à estratégia da instituição.

g) Índice de Basileia

O Pine, em 30 de setembro de 2020, atingiu o índice de 13,15% (12,33% em 31 de dezembro de 2019), calculado a partir do 'Conglomerado Prudencial'.

h) Gerenciamento de Riscos - Pilar 3

O Pine, de acordo com a Circular Bacen nº 3.930/93, divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e Patrimônio de Referência Exigido (PRE). O relatório com maior detalhamento, estrutura e metodologias encontra-se disponível no endereço eletrônico ri.pine.com.

i) Índice de Imobilização

De acordo com a Resolução CMN nº 2.286/96, o limite de imobilização permitido é de 50,0%. Em 30 de setembro de 2020, o índice de imobilização foi de 15,95% (23,30% em 31 de dezembro de 2019).

j) Outros riscos - Ambiente de tecnologia da informação

Os negócios do Pine dependem da capacidade computacional do ambiente tecnológico.

Reconhecemos que nossa competitividade também está pautada no funcionamento adequado de nosso controle financeiro, gestão de riscos, contabilidade, serviço ao cliente e outros sistemas de processamento de dados, e por isso priorizamos nossa resiliência por meio de soluções sistêmicas e tecnológicas que podem mitigar os impactos causados e falhas no ambiente. Operamos com políticas conservadoras de armazenamento e segurança dos dados que viabilizam sua rápida recuperação, optamos por manter os sistemas e informações essenciais com redundância e replicação em tempo real no site de contingência. Entendemos que qualquer violação de segurança causada por acesso não autorizado às informações ou sistemas, podem ter efeito adverso relevante sobre nosso negócio.

Continuamente investimos em melhorias constantes em nosso ambiente tecnológico. Como amostra deste cenário o Pine busca inovar seguindo as tendências tecnológicas do mercado, investir na automatização contínua dos processos críticos, na reformulação sistêmica para integração dos processos internos visando mais sinergia e agilidade. Tecnologia da informação tem importância estratégica para o nosso negócio, desta forma investimos em capacidade intelectual bem como nas mais modernas soluções seguras e disruptivas.

24. OPERAÇÕES ATIVAS VINCULADAS

O Pine realiza operações ativas vinculadas nos termos da Resolução CMN nº 2.921/02. Em 30 de setembro de 2020, os saldos das operações ativas vinculadas e das correspondentes captações de recursos, bem como respectivos resultados apurados no período estão demonstrados abaixo:

	Individual e Consolidado		
	Moeda	Curto Prazo	30/09/2020 Resultado
Operações ativas vinculadas			
Operações de crédito	R\$	26.547	1.609
Obrigações por operações ativas vinculadas			
Depósitos a prazo	R\$	25.000	1.316

Em 30 de setembro de 2020, não existiam operações ativas vinculadas inadimplentes, bem como questionamento judicial sobre as operações ativas ou sobre os recursos captados para a aplicação nessas operações.

25. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Seguros

O Pine adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes estabelecidos, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros em 30 de setembro de 2020, é demonstrada conforme abaixo:

Itens	Tipo de Cobertura	Importância Segurada
Directors and Officers Liability (D&O)	Responsabilidade Civil para Administradores	50.000
Veículos	Incêndio, roubo e colisão para veículos	119
Prédios, maquinismos, móveis e utensílios	Quaisquer danos materiais a instalações, máquinas e equipamentos	17.090
Seguro global de banco	Valores em espécie	150
Seguro garantia	Judicial para Execução Fiscal	324.977

b) Leasing operacional

O Pine possui obrigações decorrentes da contratação de operações de arrendamento sob a modalidade leasing operacional. Os valores correspondentes aos compromissos dos equipamentos arrendados não estão refletidos no balanço patrimonial, em razão de as operações contratadas não preverem a opção de compra dos bens. O custo dos contratos de arrendamento são reconhecidos na demonstração de resultado, na rubrica "Despesas administrativas - arrendamento de bens".

c) Valor justo de instrumentos financeiros

De acordo com a Instrução CVM nº 235, apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros mensurados a outro valor que não o valor justo e seus respectivos valores justos no final do período.

	30/09/2020	
	Valor Justo	Valor Contábil
Ativos		
Aplicações Interfinanceiras de liquidez ⁽ⁱ⁾	11.252	11.252
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos ⁽ⁱⁱ⁾	6.529.574	6.529.555
Operações de crédito ⁽ⁱⁱⁱ⁾	2.482.106	2.398.175
Outros créditos ^(iv)	581.358	663.961
Total de ativos financeiros	9.604.290	9.602.943
Passivos		
Depósitos à vista ^(v)	176.561	176.561
Depósitos interfinanceiros ^(v)	196.694	196.694
Depósitos a prazo ^(v)	6.027.994	5.817.997
Captação no mercado aberto ^(vi)	1.743.734	1.743.734
Recursos de aceites e emissão de títulos ^(v)	698.471	701.953
Obrigações por empréstimos e repasses ^(v)	77.408	54.264
Dívida subordinada ^(v)	138.244	138.244
Total de passivos financeiros	9.059.106	8.829.447

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

- O valor justo das aplicações interfinanceiras de liquidez se aproxima substancialmente do seu valor contábil.
- O valor justo dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos e captação no mercado aberto reflete o seu valor contábil.
- Operações de crédito e outros créditos são mensurados líquidos da provisão para devedores duvidosos. O valor justo dessas operações representa o valor descontado de fluxos de caixa futuros que se espera receber. Os fluxos de caixa esperados são descontados a taxas correntes do mercado para determinar seu valor justo.
- O valor justo estimado dos depósitos à vista e interfinanceiros se aproxima substancialmente do seu valor contábil.
- O valor justo estimado dos depósitos a prazo e os outros empréstimos sem cotação no mercado ativo é baseado em fluxos de caixa descontados utilizando-se taxas de juros para novas dívidas com prazos de vencimento similares.

d) Segmentos operacionais

O Pine opera no Brasil e no exterior, por intermédio da agência de Cayman e Pine Securities, com clientes brasileiros e portanto não apresenta segmentação geográfica. O Pine não identificou segmentos operacionais reportáveis.

e) Acordos para compensação e liquidação de obrigações

Acordos para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional - Foram firmados acordos de compensação no âmbito de convênios de derivativos, bem como acordos para compensação e liquidação de operações ativas e passivas ao amparo da Resolução CMN nº 3.263 de 24/02/2005, cujo objetivo é permitir a compensação de créditos e débitos mantidos com uma mesma contraparte, onde os vencimentos dos direitos e obrigações podem ser antecipados para a data em que ocorrer o evento de inadimplência por uma das partes ou em caso de falência do devedor.

f) Covenants

O Pine possui empréstimos de longo prazo, incluindo organismos multilaterais, classificados na rubrica 'Obrigações por empréstimos e repasses' que possuem cláusulas contratuais de cumprimento de obrigações (covenants) que exigem determinadas condições de performance, tais como índice de rentabilidade e de eficiência. Estamos em avançada negociação para obtenção da dispensa do cumprimento de tais cláusulas. Em 30 de setembro de 2020, efetuamos a reclassificação de R\$47.049 para curto prazo (R\$49.894 em 31 de dezembro de 2019).

g) Divulgação de outros serviços prestados pelos auditores independentes

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, no período de 01 de janeiro a 30 de setembro de 2020, não foram contratados junto aos auditores independentes, serviços não relacionados à auditoria externa. O Pine tem como procedimento restringir os serviços prestados pelos seus auditores independentes, de forma a preservar a independência e a objetividade do auditor em consonância com as normas brasileiras e internacionais.

26. OUTROS ASSUNTOS

Em 11 de março de 2020 a Organização Mundial da Saúde declarou estado de pandemia em relação ao novo Coronavírus (Covid-19). Em resposta a este cenário, o Banco Pine adotou medidas imediatas visando priorizar a saúde e bem-estar dos colaboradores, como a implantação do trabalho remoto para 100% do quadro de funcionários. Além disso, minimizou os impactos que poderiam surgir, mantendo suas atividades em plena operação, com agilidade e flexibilidade nos canais de atendimento. O Banco manteve o monitoramento tempestivo da qualidade de crédito e situação financeira dos clientes por meio do Comitê Estratégico com os membros do Comitê Executivo.

O Banco continua capturando oportunidades e avançando no plano estratégico, sempre pautado nos modelos de riscos que ajudaram a elevar as margens e controlar a qualidade dos ativos. Entende-se que não há mudança de modelo de negócios e de dinâmica de mercado de empresas médias e grandes de forma relevante, mas é preciso entender como será a velocidade da retomada econômica e os impactos na despesa de crédito devido à absorção dos prejuízos da pandemia por parte das companhias, movimento que ainda não pode ser observado com total clareza, dado as medidas de contingência que estão sendo implementadas pelo governo.

No terceiro trimestre de 2020, os pagamentos ocorreram normalmente e, aos clientes que solicitaram, foi estruturada uma renegociação pontual do contrato com o objetivo de proporcionar maior capacidade financeira no curto prazo. No entanto, neste período foi possível observar uma retomada na atividade econômica, com crescimento no último trimestre de 14% na carteira classificada, core business do Banco, com destaque para a participação relevante na comercialização de produtos voltados para capital de giro.

O contexto atual permanece cercado por incertezas no cenário macroeconômico. Com isto, o Banco continua com o monitoramento constante dos limites operacionais e de apetite a riscos. Mais informações sobre o impacto da pandemia podem ser encontrados no relatório gerencial do terceiro trimestre de 2020, disponível no site de Relações com Investidores www.ri.pine.com.

A DIRETORIA**CONTADOR**

José Aparecido da Silva - CRC nº 1SP152186/O-4

Banco Pine S.A.

CNPJ 62.144.175/0001-20

Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830

4º andar | São Paulo – Brasil

